



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESOLUÇÃO Nº 7/REIT - CEPEX/IFRO, DE 28 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agronegócio, Modalidade Subsequente ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus São Miguel do Guaporé.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.006477/2021-84, considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 3ª Reunião Extraordinária, em 28/07/2021, RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agronegócio, Modalidade Subsequente ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus São Miguel do Guaporé*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 29/07/2021, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1324827 e o código CRC AD9AEE16.



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Reitoria – Telefone: (69) 2182-9600
Av. Tiradentes, nº 3009–Bairro Setor Industrial– CEP: 76821-001– Porto Velho/RO
E-mail: reitoria@ifro.edu.br / Site: www.ifro.edu.br



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio apresentado à Diretoria de Ensino do *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé pela Comissão nomeada pela Portaria nº 6/SMG/CGAB/IFRO, de 22 de março de 2021.

Membros da Comissão:

Gustavo Costa Reis
Miguel Fabrício Zamberlan
Nilreide Rodrigues dos Santos
Mauro Sérgio Demicio
Rose Almeida Souza

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	4
1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO.....	4
1.3 CORPO DIRIGENTE.....	4
1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	5
2 APRESENTAÇÃO	7
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
2.2 TOTAL DE VAGAS	9
2.3 JUSTIFICATIVA	9
2.2.1 Pesquisa de demanda	10
2.4 PÚBLICO-ALVO.....	12
2.4.1 Forma de ingresso	12
2.5 OBJETIVOS	13
2.5.1 Objetivo geral	13
2.5.2 Objetivos específicos	13
2.6 PERFIL DE EGRESSO.....	13
2.6.1 Área de atuação	14
3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	14
3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	14
3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso	16
3.1.2 Transversalidade no currículo	18
3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico	18
3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular	19
3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais	20
3.1.5.1 Atividades de tutoria.....	21
3.1.6 Outras atividades previstas para o curso	22
3.2 ESTRUTURA CURRICULAR.....	23
3.2.1 Matriz Curricular	24
3.3 AVALIAÇÃO	26
3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	26
3.3.1 Avaliação do curso	28
3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL.....	28
3.4.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo	28
3.4.1 Prática Profissional Supervisionada - estágio e/ou atividade equiparada	29
3.4.1.1 Prática Profissional Supervisionada - Estágio	30
3.4.1.2 Prática Profissional Supervisionada - TCC	30
3.4.1.3 Prática Profissional Supervisionada - atividade equiparada e/ou aproveitamento de atividades profissionais	31
3.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	32
3.6 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE.....	33
3.6.1 A inclusão educacional	33
3.6.2 Apoio ao Discente	35
3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	36
3.7.1 Multimeios didáticos	37
3.7.2 Recursos de Informática	37

3.7.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem	38
3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	39
3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	39
3.9.1 Integração com a rede pública e empresas	40
3.10 CERTIFICAÇÃO	40
3.10.1 Certificação de Conclusão de Curso	40
3.10.2 Certificação Intermediária	41
4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO	41
4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO	41
4.2 DOCENTES PARA O CURSO	43
4.2.1 Experiência Profissional do Quadro Docente	43
4.2.2 Titulação dos Docentes do Curso	44
4.2.3 Índice de Qualificação	45
4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	46
5 GESTÃO ACADÊMICA	46
5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	46
5.2 CONSELHO DE CLASSE	47
5.3 ASSESSORAMENTO AO CURSO	47
5.3.1 Diretoria de Ensino	47
5.3.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	48
5.3.2 Departamento de Extensão	48
5.3.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	49
5.3.4 Equipe Técnico-Pedagógica	49
6 INFRAESTRUTURA	50
6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	49
6.1.1 Infraestrutura Física	50
6.1.2 Recursos Materiais	51
6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	51
6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	51
6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual	51
6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	52
6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	52
6.3.1 Laboratório	52
6.4 INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS	52
6.4.1 Laboratório Didático de Formação Básica	52
6.4.2 Laboratório Didático de Formação Específica	53
6.5 BIBLIOTECA	53
6.6 OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	53
7 BASE LEGAL	54
7.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL	54
7.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	54
7.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	55
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA	57
1º SEMESTRE	57

Português Instrumental	57
Introdução ao agronegócio	58
Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	59
Ética Profissional e Cidadania	60
Maquinários e tecnologias agropecuárias	61
Informática aplicada ao agronegócio	62
Matemática básica	63
Extensão rural e agricultura familiar	64
Administração rural I	65
Gestão da produção agrícola	66
2º SEMESTRE	66
Matemática financeira para o Agronegócio	66
Marketing no Agronegócio	67
Administração rural II	68
Logística para o Agronegócio	69
Gestão de Pessoas no Agronegócio	71
Gestão Ambiental, Ecossistemas e Sustentabilidade	73
Gestão de Vendas e Negociação no Agronegócio	73
Associativismo e cooperativismo	73
Cadeias produtivas de Agronegócio	75
Gestão Financeira no Agronegócio	75
3º SEMESTRE	76
Inovação Tecnológica e Competitividade	77
Custos e formação de preços	78
Turismo rural	79
Políticas públicas para o agronegócio	80
Gestão da Qualidade no Agronegócio	81
Planejamento e Gestão de Projetos de Agronegócios	82
Empreendedorismo	82
Gestão de crédito e financiamento rural	83
Higiene e segurança do trabalho	84
Cultura e clima organizacional	85

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Total de vagas no primeiro ano.....	9
Figura 1: Eixos Tecnológicos	10
Figura 2: Cursos do eixo tecnológico Recursos Naturais	11
Quadro 2: Matriz curricular das disciplinas obrigatórias do curso de Agronegócio do IFRO, <i>Campus</i> Avançado São Miguel do Guaporé	24
Quadro 3: Requisitos de formação por disciplina.....	41
Quadro 4: Regime de trabalho e link para Lattes do corpo docente	43
Quadro 5: Experiência do corpo docente.....	44
Quadro 6: Titulação do corpo docente	44
Quadro 7: Índice de qualificação dos docentes do curso.....	45
Quadro 8: Equipe Técnico-Pedagógica	50

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Rua Tiradentes, 3009, Bairro Industrial. Cidade/UF/CEP: Porto Velho, Rondônia – CEP 76.821-001 Telefones: (69) 2182-9601

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome: *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé

CNPJ: 10.817.343/0011-79

Endereço: Av. Presidente Kenedy, 1685

Cidade/UF/CEP: São Miguel do Guaporé / RO / 76932-000

Telefones: (69) 99916-4851

E-mail: dg.saomiguel@ifro.edu.br

1.3 CORPO DIRIGENTE

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação e Pós-graduação (PROPESP): Gilmar Alves Lima Júnior.

Pró-Reitor de Administração (PROAD): Jéssica Cristina Pereira Santos.

Pró-Reitor de Extensão (PROEX): Maria Goreth Araújo Reis.

Pró-Reitor De Ensino (PROEN): Edslei Rodrigues de Almeida.

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (PRODIN): Arijoan Cavalcante dos Santos

Diretoria de Educação a Distância (DEAD): Aloir Pedruzzi Junior.

Coordenação de Educação Inclusiva (CEI): Nathali Fernanda Machado Silva.

Diretor-Geral do *Campus*: Miguel Fabrício Zamberlan

Telefone: (69) 99916-4851

E-mail: miguel.zamberlan@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8065780652368675>

Diretora de Ensino: Gisele Renata de Castro

Telefone: (69) 99393-8545

E-mail: gisele.renata@ifro.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2158709460376563>

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993; no entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná por meio da Portaria nº 707, de 09 de junho de 2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Lei nº 11.892/2008, que integrou, em uma única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

- 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná; primeiro curso de Especialização Lato Sensu do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
- 2010: início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena; ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no *Campus* Ji-Paraná;
- 2011: início das atividades do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos; Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônômica em Colorado do Oeste);
- 2012: ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e do processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná; instalação de 12 Polos EaD;
- 2014: expansão de 13 Polos EaD, totalizando 25 unidades. Acordo de Cooperação Acadêmica com a Universidad Nacional de Colombia (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE), com possibilidade de capacitação para servidores e discentes;
- 2015: início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim. Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios;
- 2016: firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- 2017: realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do *Campus* Avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho; início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências, com habilitação em Química ou Biologia (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte);

- 2018: início do curso de Engenharia Agrônômica em Ariquemes; autorização de funcionamento do *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé.
- 2019: início do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) em Ariquemes, do curso de Medicina Veterinária em Jaru e do curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio em São Miguel do Guaporé;
- 2020: início da construção do bloco pedagógico administrativo do *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé e da oferta do curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio em São Miguel do Guaporé.
- 2021: início do curso de Medicina Veterinária em Colorado do Oeste.

2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o ano de 2021, a configuração é esta: uma Reitoria; nove *campi* implantados (Guajará-Mirim, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste) e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé,

O *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé foi autorizado a funcionar em 28 de dezembro de 2018, por meio da Portaria nº 1429/MEC. O Projeto de implantação é uma iniciativa para atendimento dos anseios das comunidades da região e uma alternativa fundamental para o desenvolvimento do estado.

O atendimento se dará em um município em crescimento, que faz parte de uma região com 122.683 habitantes, da qual São Miguel do Guaporé é o mais populoso, conforme estimativas do IBGE em 1º de julho de 2016.

O município de São Miguel do Guaporé está localizado no Leste Rondoniense, especificamente na microrregião de Alvorada D'Oeste, a 490 km da capital Porto Velho. Criado em 06/07/1988 pela Lei nº 206, com uma área de 7.460,219 km² e, segundo estimativa populacional do IBGE para o ano de 2018, com uma população de 22.931 habitantes, densidade demográfica de 2,93 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,646.

Nos últimos anos, a Região do Vale do Guaporé, onde se localiza o município, tem se destacado também pela expansão do plantio de soja, com a média de 60 a 70 sacos colhidos por hectare, sinalizando como mais uma alternativa ao setor produtivo. O Vale do Guaporé é responsável por 33 mil hectares de soja plantada e o município de São Miguel do Guaporé já é o segundo maior produtor de café conilon de Rondônia.

A implantação do novo *campus*, além de induzir o desenvolvimento regional, por meio da implantação de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e fortalecer os arranjos produtivos, irá democratizar a educação, já que estenderá a presença do IFRO para todas as microrregiões do estado, e esta (a Microrregião de Alvorada d'Oeste) é a única das oito que ainda não conta com *Campus* do IFRO.

O fato de não haver na região uma Instituição Federal de Ensino que ofereça cursos para a formação profissional da população, e diante dos compromissos firmados no Plano Municipal de Educação – PME e das articulações promovidas por vários representantes da sociedade civil, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé vislumbra que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia possa suprir essa lacuna existente na região oportunizando à comunidade a oferta de cursos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O município já conta com a oferta de cursos a distância, por meio do Polo de Educação a Distância do IFRO localizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA). O planejamento institucional é que sejam realizadas as ofertas de cursos presenciais e EaD que atendam as demandas dos arranjos produtivos locais.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Técnico em Agronegócio

Forma de oferta: Subsequente

Modalidade: Presencial

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Recursos Naturais

Habilitação: Técnico em Agronegócio

Carga Horária: 1.300 h.

Turno de Funcionamento: Noturno

Campus de funcionamento: *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé

Regime de Matrícula: A matrícula é realizada semestralmente.

Prazo para integralização do Curso: O prazo mínimo para integralização do curso é de 3 semestres (1,5 anos) e o prazo máximo é 6 semestres (3 anos).

2.2 TOTAL DE VAGAS

No primeiro ano de implantação:

Quadro 1: Total de vagas no primeiro ano.

TURNO DE FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE TURMAS	VAGAS POR TURMA	VAGAS NO PRIMEIRO ANO
Noturno	01	40	40
TOTAL		40	40

2.3 JUSTIFICATIVA

Uma vez que o IFRO *Campus* São Miguel do Guaporé conquistou o reconhecimento da comunidade regional como centro de excelência em educação profissional, passou também, a considerar as demandas de novos cursos de nível médio, cuja viabilidade se comprova pela demanda e inserção dos profissionais no mercado de trabalho na área de Agronegócio.

O agronegócio brasileiro tem um enorme potencial e precisa ser cada vez mais competitivo sem deixar de lado a sustentabilidade. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) 39% do território brasileiro é ocupado por lavouras, florestas plantadas, cidades e outros.

Neste cenário, o setor agropecuário representa um papel importante para o desenvolvimento do nosso país. Para CNA (2020), o Agronegócio representou 21,4% do PIB brasileiro, em 2019; em Rondônia este setor representa 21% do Produto Interno Bruto (PIB), que gira em torno de R\$ 45 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões da agricultura e R\$ 10,2 bilhões da pecuária. O agronegócio ocupa a segunda posição como setor que mais movimenta a economia do Estado, com produtores, exportadores e apoiadores de grandes produtos do agronegócio.

Diante desses dados, é possível perceber que o estado possui demanda e amplo potencial para a atuação do profissional Técnico em Agronegócio, preparado para executar atividades relacionadas aos processos de gestão da cadeia produtiva, buscando aumentar a eficiência do mercado agrícola e industrial.

O Instituto Federal de Rondônia, com a finalidade de orientar sua oferta de formação para consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, busca contribuir com o desenvolvimento do estado oferecendo o Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio na modalidade presencial, com foco na melhoria e na qualificação dos profissionais atuantes nas organizações.

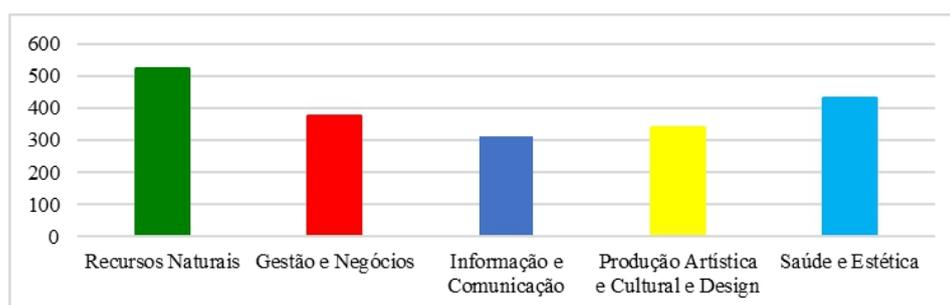
2.3.1 Pesquisa de demanda

Um dos objetivos da educação atual é formar indivíduos com valores morais e éticos empreendidos nos esforços diários em diferentes meios e contextos sociais. Nesse sentido, quando se discorre sobre a educação profissional, são atrelados valores de competências e habilidades técnicas para a atuação no mercado de trabalho.

O resultado apresentado pela Pesquisa de Atividade Econômica e Regional, realizada pelo IFRO, em 2012, para subsidiar a proposta de oferta de cursos técnicos, identificou, com destaque, o interesse pela formação em Administração (91%), Vendas (88%), Finanças (86%), Comunicação (84%), Informática (83%) e Gestão (81%).

Em 2019, foi realizada uma pesquisa de demandas para a educação profissional nas escolas estaduais da região do Vale do Guaporé, cuja finalidade era nortear a definição de novos cursos técnicos subsequentes e concomitantes que o *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé poderia oferecer, conforme a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. A referida lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país, e define, em seu artigo 1º, inciso V, como um de seus princípios, a “promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas”.

Figura 1: Eixos Tecnológicos



Fonte: IFRO, 2019.

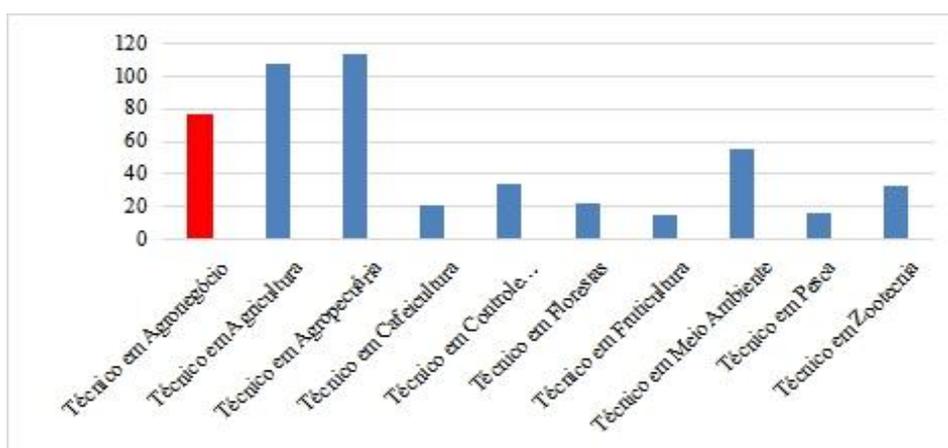
A pesquisa buscou identificar os ramos de atividades pelos quais os estudantes de São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Alvorada D'Oeste, Seringueiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste e Novo Horizonte do Oeste mais se interessavam, por meio da aplicação de um questionário de análise da necessidade de capacitação profissional. Os questionários foram distribuídos a 375 alunos do 9º ano do Ensino

Fundamental e 3º anos do Ensino Médio de dezesseis escolas públicas dos municípios acima citados. A pesquisa demonstrou quais eixos tecnológicos comportam os cursos de maior interesse da comunidade escolar pesquisada.

Percebe-se, com base no quadro da Figura 01, que os cursos do eixo tecnológico Recursos Naturais representam um percentual significativo a ser considerado como instrumento de base para a estruturação de cursos técnicos e tecnológicos que melhor se ajustem ao perfil de interesse dos estudantes da região, favorecendo, com isso, o alinhamento das matrizes curriculares às demandas tecnológicas atuais, além das demandas sociais e culturais das regiões em que os cursos serão ofertados.

Estes indicadores revelam que a qualificação, por meio do Curso Técnico em Agronegócio, irá favorecer a melhoria da qualidade da gestão das cadeias produtivas, potencializando a economia da região.

Figura 2: Cursos do eixo tecnológico Recursos Naturais.



Fonte: IFRO 2019.

O *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé está estruturado para oferecer educação presencial e poderá atender à demanda dos municípios do estado de Rondônia e dos estados parceiros; deste modo, o IFRO cumpre seu papel de contribuir para a evolução social e econômica do estado e do país. O *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé está estruturado para oferecer educação presencial e poderá atender à demanda dos municípios do estado de Rondônia e dos estados parceiros; deste modo, o IFRO cumpre seu papel de contribuir para a evolução social e econômica do estado e do país.

2.4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso Técnico em Agronegócios Subsequente ao Ensino Médio na modalidade presencial compõe-se dos alunos que concluíram o Ensino Médio, sem dependências, e tenham sido selecionados em processo seletivo específico.

2.4.1 Forma de ingresso

O ingresso no curso dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, por meio do Processo Seletivo ou Processo Seletivo Simplificado, ou mediante apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino também pública e que ofereça educação profissional, científica ou tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, conforme estabelecido nas regulamentações do IFRO (Coordenação de Exames e Admissão – CEA).

O quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada ano ou semestre será indicado ao Reitor pela Direção-Geral do Campus onde as vagas estarão dispostas, após deliberação pelo Conselho Escolar e em observância ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos prazos estabelecidos. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob organização da Direção-Geral.

O ingresso por meio de apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino deverá seguir os trâmites previstos no Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos Técnicos do IFRO, sendo que o ingresso somente será realizado se houver compatibilidade entre o projeto pedagógico do curso na instituição de origem e o do curso no campus, conforme os seguintes indicadores, combinados e somados: pertencimento dos cursos a um mesmo eixo tecnológico; similaridade de pelo menos 75% das abordagens curriculares entre as duas matrizes curriculares comparadas, a de origem e a de destino; e possibilidade de o *Campus* de ingresso oferecer condições de implementação e complementação de estudos, quando necessário. Ressalta-se, ainda, que o que garante a compatibilidade e similaridade não é a nomenclatura dos componentes, mas o conteúdo abordado nas disciplinas, a carga horária de tais componentes e as práticas complementares envolvidas.

2.5 OBJETIVOS

2.5.1 Objetivo geral

Capacitar profissionais desenvolvendo habilidades para o mercado de trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania em competências técnicas de agronegócio, com ética, responsabilidade social e ambiental, formando pessoas com conhecimentos sólidos, para atuarem e empreenderem no campo tecnológico, administrativo e científico ligado ao ramo do agronegócio inovando na área de atuação.

2.5.2 Objetivos específicos

2.5.2.1 Proporcionar formação técnica, reconhecendo a importância de uma postura ética na condução das atividades profissionais em agronegócio;

2.5.2.2 Impulsionar o desenvolvimento de novas alternativas de negócio para o campo e indústrias;

2.5.2.3 Formar profissionais da área técnica que se identifiquem com habilidade que, cada vez mais, exige a atuação desse profissional como assessor e consultor na tomada de decisões;

2.5.2.4 Instrumentalizar com ferramentas que possibilitem aplicar os princípios do planejamento, do marketing, dos custos, das finanças, das novas tecnologias nas cadeias produtivas do agronegócio;

2.5.2.5 Impulsionar o desenvolvimento de novas alternativas de negócio para o campo e indústrias;

2.5.2.6 Possibilitar a utilização de técnicas atuais de gestão e comercialização, visando ao aumento da eficiência dos ramos do agronegócio;

2.5.2.7 Difundir informações específicas relacionadas a teoria e prática profissional de agronegócios;

2.5.2.8 Cooperar para o desenvolvimento social e econômico da região de São Miguel do Guaporé no ramo dos negócios do campo e indústrias.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

De acordo com a Resolução CNE/CP nº1/2021, ao concluir o curso Técnico em Agronegócio, deverá atender:

“os saberes exigidos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária” (Res.CNE/CP nº1/2021).

O Técnico em Agronegócio é o profissional habilitado para atuar junto às instituições públicas e privadas em seus diferentes segmentos ligados ao setor de agronegócios, com competência básica para coordenar, planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de gestão do negócio rural, promovendo ações integradas de gestão agrícola e comercial.

Esse profissional poderá atuar no setor público e/ou privado desempenhando suas funções em grandes e médias propriedades rurais, indústrias de processamento de produtos agricultura familiar, bancos (financiamentos agrícolas), empresas de assistência técnica de agronegócio, extensão rural e pesquisa, cooperativas e associações.

2.6.1 Área de atuação

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT, 2021), o Técnico em Agronegócio poderá atuar em “empresas de consultoria agropecuária; empresas de comércio e de representação comercial de produtos agropecuários; indústrias de insumos agropecuários; indústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal; agroindústrias cooperativas e associações rurais”, além de órgãos governamentais e não governamentais destinados à implantação, manejo e desenvolvimento do agronegócio. Pode e assistência técnica na área de agronegócio, atuar em instituições de ensino, pesquisa e extensão na área de agronegócio.

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O curso de Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio será desenvolvido a partir de um trabalho didático-pedagógico interdisciplinar, resultante de reuniões de avaliação e planejamento conjunto do processo de ensino a ser adotado a cada semestre de integralização pelos membros do Colegiado do curso.

De acordo com a Resolução CNE nº 1/2021, em seu Art. 3º, são princípios da Educação Profissional Tecnológica:

“VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes; VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular; IX - utilização de estratégias educacionais que

permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem.”

O enfoque principal será o de propiciar ao aluno a oportunidade de acesso a uma educação permanente no exercício das rotinas voltadas à prática profissional para atingir a aprendizagem, sendo os professores facilitadores na busca do saber. O Art. 8º da Resolução CNE nº 1/2021, afirma que a Educação Profissional e Tecnológica tem como critério o “incentivo ao uso de recursos tecnológicos e recursos educacionais digitais abertos no planejamento dos cursos como mediação do processo de ensino e de aprendizagem centrados no estudante”.

Dentre as atividades práticas estabelecidas para esse curso, destacam-se as visitas técnicas em ambientes e espaços diversos onde seja possível aos estudantes apreciar com amplitude a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos à realidade cotidiana, quer seja em localidades urbanas ou rurais. O estudante deve vivenciar a realidade dentro de um processo pedagógico onde toda a atividade profissional humana se desenvolva em parceria com grupos sociais no contexto da sociedade em que se integram cidadãos, ou seja: Ensino e Pesquisa articulados com as demandas sociais (Extensão).

A estratégia a ser adotada pelos docentes é composta por conteúdos teóricos em sala de aula e de atividades práticas desenvolvidas no laboratório de informática, aulas a campo e visitas técnicas. Como produto das reuniões do colegiado, o corpo docente sempre estará discutindo os aspectos pedagógicos pertinentes, buscando mecanismos para a implantação de melhorias na qualidade do ensino, sempre atento a interdisciplinaridade e atualização constantes.

A concepção pedagógica adotada está alicerçada no contínuo aprender, balizado em quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

O *Campus* de São Miguel do Guaporé está em fase de expansão e toda sua estrutura está sendo feita de forma a dar condições de acesso aos estudantes, garantindo a acessibilidade física para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O IFRO possui em sua estrutura organizacional núcleos e setores que atendem prioritariamente as demandas específicas dos discentes voltadas para o apoio extraclasse, psicopedagógico, de acessibilidade atitudinal e pedagógica.

Nas formações pedagógicas a acessibilidade atitudinal e pedagógica serão temas de estudo, de forma que os docentes repensem a forma como concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional, objetivando a remoção das barreiras pedagógicas, de forma a promoverem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência. Diante do exposto, a proposta do curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio privilegia a formação integral do estudante, pois este projeto busca estimular a adoção de práticas pedagógicas integradoras.

3.1.1 Estratégias de ensino previstas para o curso

Para o alcance das perspectivas de aprendizagem, os docentes do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio do IFRO deverão utilizar estratégias de ensino que permitam uma conexão de saberes, destacando:

a) Aulas expositivas dialogadas. A estratégia de ensino “aula expositiva dialogada” pode ser descrita como uma exposição de conceitos, com a participação ativa dos alunos, onde o conhecimento prévio é extremamente importante, devendo ser considerado este o ponto de partida. O professor leva os alunos a questionarem, discutirem, interpretarem o objeto de estudo apresentado por ele, reconhecendo e contextualizando situações da realidade do discente.

b) Aulas experimentais. As aulas experimentais são uma forma de promover o conhecimento científico, buscando a união da teoria e da prática, de forma a não isolar as dimensões deste conhecimento, tornando a aprendizagem mais interessante e fácil aos estudantes. Como caráter pedagógico, articulando concepções sociológicas e ideológicas, com o intuito de verificar/comprovar leis e teorias científicas, ensinar o método científico, facilitar a aprendizagem e compreensão de conceitos e, ensinar habilidades práticas.

c) Aulas de campo. A aula de campo é uma ferramenta didática que aproxima a teoria da realidade, vincula a leitura e a observação, situações e ações que, associadas à problematização e à contextualização encaminhadas pelo docente, ampliam a construção do conhecimento pelo discente. Essas possibilidades permitem ao discente experimentar e desenvolver outras inteligências que nem sempre são contempladas e incentivadas na sala de aula.

d) Visita técnica. A visita técnica como proposta pedagógica tem importância em função de seu papel investigativo. A visita técnica com o fim pedagógico proporciona unir o aprendizado ao lúdico. Com isso os alunos vão conhecer novos lugares, conhecer novas culturas, aceitar as diferenças do próprio grupo e do lugar visitado, ter responsabilidades,

flexibilidade, lidar com possíveis situações inusitadas, divertirem-se, fatores os quais vão prepará-los para a vida profissional.

e) Metodologia de projetos. A metodologia do projeto pode ser entendida como um método de trabalho que se define e configura em função da resolução de problemas, caracterizada como uma ação decidida, planejada e implementada por um grupo de discentes organizado. Esta estratégia de ensino compreende também em função dos modelos e das razões que justificam a emergência desse problema como motivo do investimento dos alunos e, neste sentido, como uma oportunidade educativa singular.

f) Aprendizagens através de situações-problemas. A aprendizagem através da resolução de problemas estimula o discente a confrontar-se com desafios que se relacionam com seu cotidiano, desenvolvendo e exercitando o pensamento crítico, o diálogo e a busca de um consenso em situações de conturbação, ou seja, contribui para que os alunos aprendam a compartilhar saberes e acessar informações, contextualizando-as aos conhecimentos que possuem e relacionando-as com os desafios de seu viver cotidiano.

g) Estudo de caso. Os “estudos de caso” podem se constituir como uma estratégia que ajudaria o aluno não apenas a resolver desafios educacionais, mas a assumir formas de procedimento na vida pessoal e no mundo do trabalho. É um método de investigação que privilegia estudo, análise e compreensão de situações, muitas das quais envolvendo atividades extraclasse.

h) Ensino com pesquisa. O ensino com pesquisa é considerado um método de ensino construtivista, onde o aluno é o sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, e o professor age como um agente facilitador no processo, é a utilização dos princípios do ensino associados aos da pesquisa. Esta estratégia orienta os discentes a buscar e gerar seus próprios conhecimentos. Mostrando-se adequada para se trabalhar o diálogo construtivo entre a comunidade e a escola, tendo como ponto principal a formação integral do educando, formando cidadãos que respeite as diferenças culturais e de cada indivíduo, que valorize o saber tradicional, cultural e científico da população.

Estas metodologias citadas acima acompanhadas por outras estratégias de ensino estão fundamentadas em um novo paradigma buscando novos caminhos de reconstrução dos processos educativos no curso, pois há uma grande necessidade de contextualizar e religar os saberes.

3.1.2 Transversalidade no currículo

O principal objetivo ao trabalhar os temas transversais é aproximar a escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do discente. Dessa maneira, os alunos terão uma aprendizagem significativa e serão vistos com sujeitos históricos.

Os eixos a seguir são obrigatórios do âmbito do Ensino Médio e contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento, sendo eles: Educação ambiental (Lei 9.795/1999), Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997), Educação alimentar e nutricional, Saúde e Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009).

Dentro das ações de ensino/pesquisa/extensão serão desenvolvidas atividades que contemplem temáticas voltadas para a transversalidade do currículo. Assim, a Semana de Educação para a Vida, a Semana da Consciência Negra, Semana de Ciência e Tecnologia, Feira de Empreendedorismo e a Semana Nacional do Meio Ambiente são alternativas para o englobamento desses temas, já que os mesmos não são contemplados nos ementários do curso.

Ao trabalhar essas temáticas será possibilitado ao aluno o desenvolvimento de algumas habilidades como: o raciocínio lógico, capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, redação de documentos técnicos, atenção às normas técnicas e de segurança, capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora e integração com o mundo de trabalho.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico

O acompanhamento pedagógico é uma estratégia importante de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, tanto é assim que foi contemplado nas políticas educacionais brasileiras, tendo como objetivo, atenuar a realidade de fracasso escolar, orientar a aprendizagem dos alunos de acordo com suas necessidades.

O curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio, *Campus* de São Miguel do Guaporé se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pedagógico-administrativo.

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos alunos e está pautada no diálogo. É de responsabilidade da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão o acompanhamento pedagógico e o mesmo se dará por meio de ações como:

- fomentar a realização de projetos e programas integrados de ensino, extensão e pesquisa, inovação e pós-graduação, em consonância com as políticas institucionais;
- acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, fazendo as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico, responsáveis por alunos e demais membros da comunidade que requeiram serviços do *Campus* no âmbito do ensino;
- avaliar continuamente os processos de ensino e a aprendizagem no *Campus*, com levantamento de indicadores acadêmicos para intervenções pedagógicas necessárias;
- supervisionar as atividades não presenciais ou semipresenciais realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) nos cursos presenciais;
- obter, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por curso, disciplina e turma, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
- obter, instruir e avaliar os planos de ensino e os resultados parciais, finais e especiais das avaliações e cômputo de notas e frequências, nos prazos estabelecidos em calendário e conforme os regulamentos do IFRO;

3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular

Evidencia-se a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização do curso ora proposto, considerando a heterogeneidade na formação dos alunos. O Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio deve ser conduzido por diretrizes curriculares que abandonem as características de meros instrumentos de transmissão de conhecimentos, afastando-se da característica burocrática e engessada do ensino.

Os princípios da flexibilização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão devem permear todo o processo pedagógico do curso. Portanto, a flexibilização curricular rompe com a forma de ensino tradicional, com enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização de conteúdos e propõe nova visão de formação profissional, atribuindo nova relação com o conhecimento na perspectiva da ação-reflexão-ação e uma nova visão de ensino-aprender a aprender.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFRO apresenta inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, dentre elas as aplicáveis ao Curso Técnico em Agronegócio são:

- Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes;
- Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso;
- Desenvolvimento de atividades complementares, nomeadas também Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, que são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, realizadas dentro ou fora da instituição, que se integram e contribuem na formação do estudante por estarem relacionadas ao perfil e área de formação;
- Desenvolvimento de atividades não presenciais, com o emprego das tecnologias, inclusive em Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos limites estabelecidos na legislação;
- Participação dos estudantes em programas de mobilidade estudantil.

A flexibilização insere-se enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da instituição, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais

A carga horária em atividades não presenciais se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade, não podendo exceder 20% de sua carga horária total. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como a única forma de aplicação das atividades não presenciais previstas no curso. Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVA será utilizado no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as elencadas a seguir:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.

b) Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções on-line, em períodos previamente agendados.

c) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

d) Atividade offline: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.

e) Questionário: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.

f) BigBlueButton (BBB): sistema de web-conferência que permite ao professor criar uma sala de aula em tempo real, no Moodle, e disponibilizar posteriormente, a gravação daquele momento para ser utilizado pelo aluno para revisão de conteúdo ou até mesmo, assisti-la por não ter participado daquele momento interativo.

g) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, ficando a critério do professor a descrição dos conteúdos a serem utilizados nas atividades não presenciais. O plano de atividades não presenciais deve ser postado no ambiente virtual para orientação dos discentes e as atividades e conteúdos registrados no diário de classe. As atividades não presenciais devem ser postadas juntamente com o plano de atividades.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades não presenciais e a coordenação de curso pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares.

3.1.5.1 Atividades de tutoria

No *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, a tutoria, em todas as modalidades de cursos, será realizada integralmente pelos próprios professores das disciplinas que ministram.

Para que a tutoria seja realizada de forma efetiva, três elementos são necessários no processo de interação: aluno, material didático e professor. A experiência com EaD/AVA adotada e das ferramentas didáticas utilizadas têm demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao professor/tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma, prestando todo o apoio ao discente no processo de ensino e aprendizagem.

3.1.6 Outras atividades previstas para o curso

A realização de outras atividades relacionadas ao curso é prevista, a fim de aprimorar a formação básica, profissional e cidadã dos discentes de forma que o processo de ensino aprendizagem aconteça de forma mais significativa. Conforme Previsto no Regulamento da Organização Acadêmica dos cursos técnicos no decorrer do curso serão trabalhadas as seguintes atividades:

- Atividade de Extensão: a extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, deve promover a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade, que pode ser computada como aula quando envolve a turma, mediante aprovação da Diretoria de Ensino. Na extensão poderão ser trabalhadas as visitas técnicas, feiras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, eventos esportivos e culturais, entre outros, voltados à área de formação.
- Atividade de Pesquisa Científica: atividade complementar realizada pelo aluno e orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica, e que não pode ser computada como aula, exceto quando a aula for planejada como esta atividade no âmbito de disciplina específica, como nos casos de observação das práticas de campo e nas experimentações laboratoriais;
- Atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem: ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, envolvendo fórum, tarefa, chat, glossário, questionário, wiki, entre outros.
- Prática Profissional: compreende a vivência de diferentes situações que articulem aprendizagem e trabalho destinadas à ampliação do universo de formação dos estudantes, com carga horária própria a ser adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a duração do respectivo curso técnico de nível médio, e que pode ocorrer sob a forma de estágio obrigatório ou não obrigatório, ou atividades equiparadas.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso Técnico em Agronegócio a ser ofertado tem seu currículo estruturado no regime semestral, sendo constituído por 3 (três) semestres e organizado em Núcleo Profissionalizante e Núcleo Complementar. No Núcleo Profissionalizante são oferecidas as disciplinas voltadas para formação geral e no Núcleo Complementar as Práticas Profissionais

Supervisionadas, podendo ser divididas em: Estágio, Atividades Equiparadas, Aproveitamento de atividades profissionais e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Conforme orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), é estipulado uma carga horária de 1.200 horas para o curso Técnico em Agronegócio.

As aulas serão distribuídas em 100 dias letivos semestrais, de acordo com o Calendário Acadêmico do *Campus*.

A organização curricular foi estruturada com disciplinas articuladas, respeitando uma sequência lógico-formativa e buscando atender os objetivos do perfil profissional elencados no CNCT.

Para possibilitar a formação do perfil profissional desejado são elencadas as seguintes disciplinas de acordo com os objetivos do curso:

- Promover a gestão do negócio agrícola (Introdução ao Agronegócio; Maquinários e Tecnologias Agropecuárias, Cadeias produtivas de Agronegócio);
- Coordenar operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados (Logística para o Agronegócio);
- Coordenar as interrelações das atividades nos segmentos do agronegócio, em todas suas etapas (Extensão rural e agricultura familiar , Gestão da produção agrícola);
- Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de gestão do negócio rural (Administração Rural I; Administração Rural II);
- Promover ações integradas de gestão de pessoas no contexto do agronegócio. (Gestão de Pessoas no Agronegócio, Cultura e clima organizacional e Higiene e segurança do trabalho);
- Idealizar ações de marketing aplicadas ao agronegócio (Marketing no agronegócio e Gestão de Vendas e Negociação no Agronegócio);
- Executar ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas (Associativismo e Cooperativismo);
- Programar ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade (Responsabilidade Social e Gestão Ambiental, Ecossistemas e Sustentabilidade);
- Avaliar custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços (Custos e Formação de Preços; Planejamento e Gestão de Projetos de Agronegócios, Matemática Financeira para o Agronegócio);

- Captar e aplicar linhas de crédito compatíveis com a produção (Gestão Financeira e Gestão de crédito e financiamento rural);
- Implantar e gerenciar o turismo rural (Turismo Rural);
- Promover a integração de novas tecnologias à gestão do agronegócio.(Informática aplicada ao agronegócio e Inovação Tecnológica e Competitividade).

3.2.1 Matriz curricular

Quadro 2: Matriz curricular das disciplinas obrigatórias do curso de Agronegócio do IFRO, Campus Avançado São Miguel do Guaporé.

CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS AVANÇADO SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ <u>Matriz aprovada pela Resolução nº -----</u> LDB 9.394/96, art. 24; Resolução CNE/CP Nº 1/2021. Carga horária do curso dimensionada para 20 semanas e 100 dias letivos no semestre. Duração da Aula: 50 minutos						
DISCIPLINAS		AULAS POR SEMANA			CARGA HORÁRIA	
		1º	2º	3º	Horas-aula	Horas-relógio
P R I M E I R O S E M E S T R E	Português Instrumental	2			40	33,3
	Introdução ao agronegócio	3			60	50,0
	Orientação para a prática profissional e pesquisa	2			40	33,3
	Ética profissional e cidadania	2			40	33,3
	Maquinários e tecnologias agropecuárias	2			40	33,3
	Informática aplicada ao agronegócio	2			40	33,3
	Matemática básica	2			40	33,3
	Extensão rural e agricultura familiar	3			60	50,0
	Administração rural I	3			60	50,0
	Gestão da produção agrícola	3			60	50,0
SUBTOTAL		24			480	400
S E G U	Matemática financeira para o agronegócio		2		40	33,3
	Marketing no agronegócio		3		60	50,0
	Administração rural II		2		40	33,3

N D O S E M E S T R E	Logística para o agronegócio		2		40	33,3
	Gestão de Pessoas no Agronegócio		2		40	33,3
	Gestão Ambiental, Ecossistemas e Sustentabilidade		2		40	33,3
	Gestão de Vendas e Negociação no Agronegócio		3		60	50,0
	Associativismo e cooperativismo		2		40	33,3
	Cadeias produtivas de Agronegócio		3		60	50,0
	Gestão Financeira no Agronegócio		3		60	50,0
SUBTOTAL			24		480	400
T E R C E I R O S E M E S T R E	Inovação Tecnológica e Competitividade			2	40	33,3
	Custos e formação de preços			3	60	50,0
	Turismo rural			2	40	33,3
	Políticas públicas para o agronegócio			2	40	33,3
	Gestão da Qualidade no Agronegócio			2	40	33,3
	Planejamento e Gestão de Projetos de Agronegócios			3	60	50,0
	Empreendedorismo			3	60	50,0
	Gestão de crédito e financiamento rural			3	60	50,0
	Higiene e segurança do trabalho			2	40	33,3
	Cultura e clima organizacional			2	40	33,3
SUBTOTAL				24	480	400
SUBTOTAL		24	24	24	1.440	1.200
TOTAL DE DISCIPLINAS POR SEMESTRE		10	10	10		
TOTAL DE DISCIPLINAS POR SEMANA		24	24	24		
NÚCLEO COMPLEMENTAR: Prática Profissional Supervisionada					120	100
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					1.560	1.300

3.3 AVALIAÇÃO

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a

ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

3.3.1 Avaliação do processo de ensino aprendizagem

A avaliação do desempenho do discente, elemento fundamental para o acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão na LDB 9.394/96, art. 24, V, *a*, e será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- I. Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- II. Autoavaliação;
- III. Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações);
- IV. Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- V. Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade.

Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% nas aulas e demais atividades programadas.

Nesse sentido, a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem;

- Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;

- Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca dos conteúdos;

- Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre por meio de menções ou notas.

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção, recuperação, exame final, avaliação de segunda chamada estão contidos no ROA do IFRO. A revisão de segunda chamada está contida na resolução. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo *campus*, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;

b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussão em Conselho de Classe e de acordo com suas recomendações;

c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações da Coordenação de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;

d) Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

3.3.2 Avaliação do curso

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica constantemente instrumentos avaliativos, a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais. O processo avaliativo é democrático e garante a

participação de todos os segmentos envolvidos, como forma de construção de uma identidade coletiva.

Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte. A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), para que sejam propostas as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de avaliação do curso junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos e a análise dos mesmos pela CPA, pela Coordenação do Curso e apreciados pelo Colegiado do Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

3.4.1 Prática Profissional Intrínseca ao Currículo

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a organização curricular deve explicitar a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, não podendo ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. A correlação entre teoria e prática que propõe a prática profissional intrínseca é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do aluno e do professor no ambiente escolar e será extremamente importante, dado a importância do profissional técnico em Agronegócio.

Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro profissional, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. A prática, nesta proposta, será desenvolvida nas disciplinas específicas e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Uma possibilidade metodológica de realizar a prática profissional intrínseca é através da atividade de extensão, tais como, feira,

mostra, projetos culturais e sociais, oficina, encontros, palestras, cursos de extensão, entre outras, que desenvolvam algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado dentro do curso.

A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica, criando desde o primeiro momento do Curso, uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas e propostas de atuação. O eixo norteador da Prática Profissional Intrínseca é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades na área de Agronegócio.

3.4.2 Prática Profissional Supervisionada - estágio e/ou atividade equiparada

Conforme documentos institucionais do IFRO, poderão ser realizadas diversas formas de práticas profissionais, tais como: estágio obrigatório, aproveitamento de atividades profissionais, equiparação de atividades como estágio (atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica).

Serão aceitas todas as formas de aproveitamento de atividades profissionais e de equiparação de atividades como estágio obrigatório previstos no Regulamento de Estágio do IFRO, desde que relacionadas diretamente com as disciplinas do núcleo específico do curso e a carga horária equivalente ao estágio obrigatório do curso. A carga horária específica de tal prática será acrescida à carga horária total do conjunto dos demais componentes curriculares, nos documentos de conclusão do curso.

3.4.2.1 Prática Profissional Supervisionada - Estágio

O estágio supervisionado justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional. De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008, “[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando [...]” e ainda prevê, dentre outras ações, a assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação profissional por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio, avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios.

O estágio deve ser iniciado a partir do início do 2º semestre letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação

no *Campus*, que o mesmo seja realizado em prazo posterior. A apresentação de relatório de estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga-horária.

As instituições parceiras, sendo elas públicas ou particulares poderão oferecer estágio, desde que se enquadrem nas normativas do Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO. Todas as instruções e formas de realização do estágio serão definidas conforme o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação vigente no IFRO.

3.4.2.2 Prática Profissional Supervisionada – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em atividades que promovem a criação, o desenvolvimento e a integração de competências previstas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Trata-se, portanto, de um processo de sistematização do conhecimento a ser desenvolvido pelos estudantes e orientado por um professor do curso. Todas as instruções para a realização do TCC estão descritas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso vigente no Instituto Federal de Rondônia.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com a sua natureza, poderá ser apresentado na modalidade artigo científico ou tecnológico, sendo aceito trabalhos do tipo pesquisa de campo, experimental, estudo de caso ou outra prática semelhante. O aluno apresentará um projeto voltado para a resolução de um problema, criação/inação/adequação de método ou invento/protótipo na área de sua formação. O TCC deve ser entregue, devidamente aprovado pelo professor orientador, sendo o requisito para a aprovação a nota igual ou superior a 60 pontos, sem necessidade de apresentação em banca.

A Coordenação do Curso deverá orientar os alunos sobre os trâmites legais no processo de realização do TCC, de acordo com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do IFRO.

O TCC deve ser iniciado a partir do início do 2º semestre letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *Campus*, que o mesmo seja realizado em prazo posterior. A aprovação na Prática Profissional é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

Questões omissas nos Regulamentos do IFRO e deste Projeto Pedagógico, relacionadas às condições de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

3.4.2.3 Prática Profissional Supervisionada - atividade equiparada e/ou aproveitamento de atividades profissionais

A equiparação de atividades como estágio obrigatório está prevista no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO. O estudante que desenvolver atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, poderá solicitar a equiparação da atividade como estágio obrigatório, desde que seja compatível às ações desenvolvidas nos objetivos da formação do curso e as especificidades do perfil do egresso.

A equiparação de atividades como estágio obrigatório deverá ser solicitada pelo estudante, via requerimento, na Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC do *Campus*, com apresentação de documentos, constantes no regulamento citado.

A Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC encaminhará o requerimento de equiparação de atividades à Coordenação do respectivo curso para análise e emissão de parecer. A equiparação poderá ser validada parcial ou integralmente, conforme parecer da Coordenação de curso. Para validar a equiparação, o estudante deverá apresentar o relatório final de estágio contemplando todas as atividades de extensão, monitoria ou iniciação científica e tecnológica realizada.

Em caso de parecer favorável será designado professor orientador, indicado pela coordenação de curso, que ficará responsável pela orientação da elaboração e aprovação do relatório final de estágio.

O estudante que exercer atividade profissional correlata ao curso de Agronegócio na condição de empregado, empresário ou autônomo, poderá solicitar, no momento em que se exige o cumprimento do Estágio Obrigatório no respectivo curso e respeitando a legislação vigente, o aproveitamento das atividades profissionais como Estágio Obrigatório, conforme previsto no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO, desde que apresente os documentos mencionados no referido regulamento.

Para solicitar o aproveitamento das atividades profissionais, o estudante deverá protocolar requerimento de aproveitamento de atividades profissionais como estágio na Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade – CIEEC.

A Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC encaminhará o requerimento de aproveitamento de atividades profissionais como estágio à Coordenação do respectivo curso para análise e emissão de parecer, a ser emitido em até 10 dias.

O aproveitamento das atividades poderá ser validado parcial ou integralmente, conforme parecer da Coordenação de curso. Em todas as situações a que se refere o caput deste artigo, o estudante deverá apresentar o relato das atividades desenvolvidas no formato de Relatório final de Estágio.

Em caso de parecer favorável será designado professor orientador, indicado pela coordenação de curso, que ficará responsável pela orientação da elaboração e aprovação do relatório final do estágio.

3.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares, também denominadas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, possuem a finalidade de oportunizar o enriquecimento científico e cultural dos alunos, ao longo de todo o curso em que estudam, conforme o surgimento ou a criação de oportunidades de formação em tempos e/ou espaços distintos dos regulares. Estas atividades estão compreendidas nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, sendo elas:

- a) eventos científicos, mostras culturais, seminários, fóruns, debates, cursos de curta duração e outras formas de construção e difusão do conhecimento;
- b) programas de iniciação científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) atividades de extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam com agilidade o desenvolvimento de projetos vários;
- e) palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) visitas técnicas — também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação.

As atividades complementares não são obrigatórias nos cursos técnicos, não sendo requisito para conclusão do curso Técnico em Agronegócio.

3.6 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.6.1 A inclusão educacional

O IFRO *Campus* de São Miguel do Guaporé não faz distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais, pois a educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos, como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Os alunos que se enquadrarem nos diferentes grupos, conforme citado anteriormente, de pessoas excluídas e marginalizadas. E, para a sua permanência no curso, contarão com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), do Departamento de Assistência Estudantil (DEPAE), da Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), bem como pelos demais profissionais especializados como: Assistência Social, Psicólogo, Coordenação Pedagógica, etc. O suporte do atendimento realizado por esses profissionais resultam em ações de auxílio financeiro para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atendimento educacional especializado, atendimento psicossocial e serviço de orientação educacional.

São especificidades contempladas pelo Decreto nº 7.611/11, cujas necessidades educacionais se originam em função de: Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringido a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade; Altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); e transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos

comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

Com a expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFRO, *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, prima pelo cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (de acordo com o Art. 205, 206 e 208 da CF/88; NBR 9050/2004 da ABNT; Lei nº 10.098/2000; Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social.

Para garantir a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012) o NAPNE desenvolverá ações junto ao corpo docente no sentido de orientar, acompanhar e sugerir um planejamento diferenciado buscando garantir a inserção do "aluno com necessidades específicas". Para tanto, algumas ações serão desenvolvidas:

- orientação ao corpo docente e discente quanto a acolhida e o apoio necessário para a permanência da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- apoio ao docente no trabalho com o acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- auxílio e orientação no planejamento docente quando necessário;
- acompanhamento do acadêmico com Transtorno do Espectro Autista;
- esclarecer aos discentes, docentes, colaboradores e funcionários em geral o que é o Transtorno Espectro Autista, suas especificidades e procedimentos a serem adotados;
- atendimento aos familiares e ou responsáveis pelo acadêmico com Transtorno Espectro Autista.

A Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, trata das formas de acesso nas Instituições Federais e define o percentual de vagas para os ingressantes nos cursos de graduação, onde no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas são destinadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, regulamentando as divisões de cotas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO 2018-2022), versa sobre a tecnologia assistiva, descrevendo que se tratara de: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Algumas tecnologias assistiva que poderão ser trabalhadas no atendimento aos alunos que delas necessitarem são: materiais escolares e pedagógicos acessíveis, comunicação

alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para mobilidade, localização, a sinalização e o mobiliário que atenda às necessidades posturais.

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2018-2022), algumas ações podem ser desenvolvidas como estímulo à permanência e êxito do educando, podemos citar: cursos de nivelamento, aulas de recuperação paralela; reforço escolar; auxílio financeiro para alunos em vulnerabilidade socioeconômica; atendimento educacional especializado; atendimento biopsicossocial; serviço de orientação educacional, encaminhamento ao mercado de trabalho por meio da integração escola-empresa-comunidade; encaminhamento médico e odontológico; atividades esportivas e culturais; fortalecimento dos NAPNEs; projetos de pesquisa e extensão; e acesso aos laboratórios e bibliotecas equipadas com recursos multimídias, entre outras.

3.6.2 O apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022) relaciona os principais programas de assistência pedagógica, sendo eles: programas de assistência estudantil, plano de diagnóstico e nivelamento, mobilidade acadêmica, monitoria, dentre outros que não se aplica para o Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio. O aluno conta ainda com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos no que compete a ela e com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da Instituição de Ensino.

No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento diário por parte da equipe pedagógica do *Campus*, composta, atualmente, Assistente de Alunos, Assistente Social e Intérprete de Libras, que dá suporte ao processo educacional, acesso, permanência e êxito dos alunos.

A equipe multidisciplinar composta no *Campus*, para atuação, se baseia na Resolução nº 023/REIT-CONSUP/IFRO de 26 de março de 2018 que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos:

- a. Implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- c. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;

- d. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- e. Promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade social para compra de material de distribuição gratuita, compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos, alimentação, entre outros.

A Diretoria de Ensino está a disposição também para ouvir/atender os alunos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões tanto de forma presencial quanto pelos sistemas de comunicação eletrônica de modo que se possa dirimir os problemas e que os alunos tenham um acompanhamento adequado no decorrer do seu processo formativo.

Ainda poderão ser desenvolvidas outras ações como: atendimento educacional especializado, atendimento biopsicossocial, encaminhamento médico e odontológico, atividades esportivas e culturais, projeto de fortalecimento dos NAPNEs, entre outras.

3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, sala de coordenações. O *Campus* de São Miguel do Guaporé disponibiliza um laboratório de informática equipado com 40 computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. O IFRO incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitem o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

3.7.1 Multimeios Didáticos

O IFRO *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé dispõe de um laboratório de informática com computadores conectados à internet, para uso dos professores e alunos. A IES incentiva os professores a incorporarem novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos, permitindo o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas, como o Portal de Periódicos CAPES, para acessos às revistas eletrônicas. Além disso, as salas contam com equipamentos eletrônicos que facilitam e dinamizam as aulas, como televisor, projetor multimídia, caixa de som, notebook, entre outros.

3.7.2 Recursos de Informática

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

a) a internet como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia on-line, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) a comunicação por e-mail, comumente utilizado institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes na instituição para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidas, quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

- d) jogos e simulações propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- e) demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

3.7.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Instituto Federal de Rondônia dispõe de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando o Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (MOODLE).

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é um ambiente desenvolvido para garantir a interação entre os agentes envolvidos no processo de ensino- aprendizagem, neste caso, alunos, professores, tutores e equipe pedagógica de acompanhamento. Em sua maioria, são softwares que estão disponibilizados na internet e possuem um conjunto de ferramentas para criar e gerir as atividades que normalmente seriam executadas de forma presencial.

O objetivo que envolve o AVA é, além de permitir o uso de diversos conteúdos multimídias, possibilitar a interatividade e interação entre alunos, professores, tutores e grupos, viabilizando a produção de conhecimento. Digitalizadas, as informações podem chegar a diversos lugares e a diversos dispositivos (computador, tablet, celular etc.) de forma rápida, segura e organizada. Isso faz as pessoas produzirem e transmitirem saberes, disponibilizando-os na internet com um click.

3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O Acompanhamento do egresso do Curso Técnico em Agronegócio se dará conforme regulamentado na Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, sendo constituídas de ações, projetos e atividades, articuladas entre o ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

Serão realizadas pesquisas sobre inserção profissional e empregabilidade; levantamento de informações acerca do ensino ofertado pelo IFRO e sua adequação à realidade do mercado de trabalho e área de formação; pesquisa sobre inserção social enquanto atuação cidadã e formação humanística promovida pelo IFRO; promoção de encontros anuais, seminários, cursos,

palestras e outras atividades voltadas ao contato, atualização e envolvimento dos egressos; manutenção do vínculo com os egressos, por meio de produtos, serviços e ofertas de vagas em cursos, a fim de promover práticas contínuas e coletivas de benefício mútuo; fomento a atividades de integração entre egressos e alunos em formação, visando à troca de informações e experiências; atualização cadastral dos egressos; criação de banco de currículos de egressos; organização de cadastro de instituições e empresas que atuam nas áreas afins à formação dos egressos do IFRO; divulgação de oportunidades de atualização profissional, concursos, trabalho e emprego.

3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade; que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

No Curso Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio será incentivada a execução das seguintes atividades com o propósito de promover a inter-relação ensino, pesquisa e a extensão:

- Projetos de ensino: desenvolver projetos de ensino que impacte em ações de extensão;
- Iniciação científica e de extensão: incentivar os discentes, em conjunto com os docentes, a desenvolverem projetos de iniciação científica e de extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional;

- Empresa Júnior: fomentar a cultura empreendedora nos alunos, desenvolvendo atividades de mapeamento, racionalização e otimização de trabalhos, envolvendo ensino e extensão;

- Feira de negócios: utilizar na prática os assuntos abordados em aulas teóricas sobre empreendedorismo, para que os alunos possam aplicar e treinar as habilidades em trabalhos relacionados ao ramo;

- Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) na área de administração: capacitar, aperfeiçoar e atualizar estudantes que desejem entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente.

3.9.1 Integração com rede pública e empresas

O IFRO *Campus* São Miguel do Guaporé propõe-se buscar e manter parcerias com entidades, instituições públicas, privadas e associações de classe, vislumbrando a cooperação nos âmbitos científico, técnico, tecnológico e pedagógico, além da ampliação e diversidade dos cenários de aprendizagem para os alunos do Curso de Agronegócio.

3.10 CERTIFICAÇÃO

3.10.1 Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Administração, conforme orientações do art. 7º do Decreto nº 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas em vigência do IFRO.

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas, incluindo a Prática Profissional, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

3.10.2 Certificação Intermediária

O catálogo Nacional de Cursos Técnicos não abre a possibilidade de certificação intermediária para o Curso de Agronegócio.

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os requisitos mínimos de formação dos professores que atuarão no curso Técnico em Agronegócio estão apresentados no Quadro 4, de acordo com as disciplinas que compõem a matriz curricular.

Quadro 3: Requisitos de formação por disciplina

Nº	DISCIPLINA	FORMAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA
Primeiro semestre		
01	Português Instrumental	Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa
02	Introdução ao agronegócio	Graduação em agronomia/Graduação em Administração
03	Orientação para a prática profissional e pesquisa	Graduação em qualquer área de formação
04	Ética profissional e cidadania	Graduação em qualquer área de formação
05	Maquinários e tecnologias agropecuárias	Graduação em agronomia/Graduação em Administração
06	Informática aplicada ao agronegócio	Graduação em Informática
07	Matemática básica	Licenciatura em Matemática
08	Extensão rural e agricultura familiar	Graduação em agronomia/Graduação em Administração
09	Administração rural I	Graduação em Administração
10	Gestão da produção agrícola	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração
Segundo semestre		
01	Matemática financeira para o agronegócio	Licenciatura em Matemática
02	Marketing no agronegócio	Graduação em Administração
03	Administração rural II	Graduação em Administração
04	Logística para o agronegócio	Graduação em Administração
05	Gestão de Pessoas no Agronegócio	Graduação em Administração
06	Gestão Ambiental, Ecossistemas e Sustentabilidade	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração/ Graduação em Ciências Biológicas

07	Gestão de Vendas e Negociação no Agronegócio	Graduação em Administração
08	Associativismo e cooperativismo	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração
09	Cadeias produtivas de Agronegócio	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração
10	Gestão Financeira no Agronegócio	Graduação em Administração
Terceiro semestre		
01	Inovação Tecnológica e Competitividade	Graduação em Informática
02	Custos e formação de preços	Graduação em Contabilidade/Graduação em Administração
03	Turismo rural	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração
04	Políticas públicas para o agronegócio	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração
05	Gestão da Qualidade no Agronegócio	Graduação em Administração
06	Planejamento e Gestão de Projetos de Agronegócios	Graduação em Administração
07	Empreendedorismo	Graduação em qualquer área de formação
08	Gestão de crédito e financiamento rural	Graduação em Administração
09	Higiene e segurança do trabalho	Graduação em Agronomia/Graduação em Administração
10	Cultura e clima organizacional	Graduação em Administração

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

O corpo docente que atuará no curso, até a data final de construção deste PPC (18 de maio de 2021), é composto por 07 (sete) professores, conforme quadro seguinte.

Quadro 4: Regime de trabalho e link para *Lattes* do corpo docente.

Nº	NOME	FORMAÇÃO	RT/CH	LINK LATTES
01	Miguel Fabrício Zamberlan	Graduação em Tecnologia em Informática	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/8065780652368675
02	Gisele Renata de Castro	Licenciatura em Ciências Biológicas	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/2158709460376563

03	Mauro Sérgio Demicio	Licenciatura em Letras	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/6677737208783838
04	Alberto Ayres Benicio	Graduação em Desenvolvimento de Sistema de Informação	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/9640326870189542
05	Nilreide Rodrigues dos Santos	Graduação em Administração	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/5645884768782710
06	Gustavo Costa Reis	Graduação em Administração de Empresas	40h	http://lattes.cnpq.br/7546854017961047
07	Iuri da Cruz Oliveira	Graduação em Matemática	40h	http://lattes.cnpq.br/6654253036911322

Para a integralização do curso, haverá a necessidade de contratação de docentes com formação específica nas áreas de agronegócio, tais como zootecnia, agronomia. Portanto, este cenário será atualizado assim que o quadro docente for ampliado e consolidado na unidade.

4.2.1 Experiência Profissional do Quadro Docente

Quanto mais experiente é o quadro docente, melhor será o desempenho do curso na formação do egresso. O IFRO, em cumprimento à sua missão e aos seus objetivos, prima pela formação de um quadro de docentes que sejam devidamente titulados em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e que tenham experiência no magistério.

O IFRO investe na formação de seus professores, incentivando-os a cursar pós-graduação, *Lato e Stricto Sensu* e outros cursos de formação e especialização docente.

Quadro 5: Experiência do corpo docente

DOCENTE	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA (ANOS)	EXPERIÊNCIA FORA DA DOCÊNCIA (ANOS)
Miguel Fabrício Zamberlan	15	10
Gisele Renata de Castro	19	02
Mauro Sérgio Demicio	15	14
Alberto Ayres Benicio	13	10
Nilreide Rodrigues dos Santos	1	20
Gustavo Costa Reis	22	12

Iuri da Cruz Oliveira	10	10
-----------------------	----	----

4.2.2 Titulação dos Docentes do Curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, embora seja uma instituição jovem, tem levado a sério a formação continuada no sentido de preparar seus professores para o exercício da docência em todos os seus níveis e modalidades.

Para alcançar essa meta, o IFRO vem estabelecendo parcerias com IES de todo o país com a finalidade de proporcionar oportunidades aos docentes de cursar cursos de formação pedagógica, especialização, mestrados e doutorados em todas as áreas do conhecimento. Além dessa ação, o Instituto trabalha com a política de afastamento para os professores matriculados em programa *stricto sensu* regulares conceituados pela CAPES.

Quadro 6: Titulação do corpo docente

DOCENTE	GRADUAÇÃO	IES	ANO	MAIOR TITULAÇÃO	IES	ANO
Miguel Fabrício Zamberlan	Graduação em Tecnologia em Informática	União das Escolas Superiores de Cacoal, UNESC	2002	Mestrado em Administração	Universidade Federal de Rondônia, UNIR	2018
Gisele Renata de Castro	Licenciatura em Ciências Biológicas	Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT	2003	Doutora em Agronomia	Universidade Estadual Paulista, UNESP	2020
Mauro Sérgio Demicio	Licenciatura em Letras	Universidade Federal de Rondônia, UNIR	2004	Mestrado em Letras	Universidade Federal de Rondônia, UNIR	2012
Alberto Ayres Benicio	Graduação em Desenvolvimento de Sistema de Informação	Faculdades Integradas de Cacoal, UNESC	2002	Mestrado em Informática	Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR	2013
Nilreide Rodrigues dos Santos	Graduação em Administração	Universidade Federal da Paraíba, UFPB	1998	Especialização em Gestão Pública	Faculdade Educacional da Lapa, FAEL	2014
Gustavo Costa Reis	Graduação em Administração de Empresas	Fundação de Ensino Eurípides Soares da	1997	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Estadual Paulista, UNESP	2003

		Rocha, FEESR				
Iuri da Cruz Oliveira	Graduação em Matemática	Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS	2011	Mestrado profissional em Ensino de Física	Universidade Federal de Rondônia, UNIR	2018

O corpo docente do Curso Técnico em Agronegócio é atualmente composto por sete professores, sendo um doutor (14,29%), cinco mestres (71,42%) e um especialista (14,29 %).

4.2.3 Índice de Qualificação

Como se pode observar no item anterior, todos os profissionais que compõem o quadro de docentes do curso possuem formação de nível superior com pós-graduação. Destes, 66,66% possuem titulação de Mestrado ou Doutorado obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, conforme as exigências legais, sendo um doutor (8,33%) e sete mestres (58,33%). Os índices em *stricto sensu* tendem a se ampliar conforme as possibilidades previstas na política de capacitação de pessoal do IFRO, além da entrada de novos profissionais docentes.

Quadro 7: Índice de qualificação dos docentes do curso

TITULAÇÃO	QTDE	% DO TOTAL	NA ÁREA DO CURSO		EM OUTRAS ÁREAS	
			QTDE	% DO TOTAL	QTDE	% DO TOTAL
Doutores	01	14,3	01	14,3	-	-
Mestres	05	71,5	01	14,3	04	57,2
Especialistas	01	14,3	-	-	01	14,3

4.3 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Os documentos institucionais do IFRO dispõem sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto, a qual tem o objetivo de promover e prover ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem aos servidores a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional. Reflete, ainda, a valoração do indivíduo correspondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão institucional do IFRO.

Assim sendo, a Política de Capacitação prevê Programas de Capacitação que objetivam a integração, a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania. Nessa perspectiva, podem ser ofertados Programas de Integração Institucional que forneçam informações pedagógicas básicas; Programas de Desenvolvimento Profissional que visam atualizar métodos de trabalho e de atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pelos servidores, através da proposição de cursos, seminários, palestras, encontros, congressos, conferências; Programas de Qualificação Profissional que compreendem os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) e Stricto Sensu e Programa de Formação Continuada dos servidores docentes e administrativos, com as seguintes temáticas: Educação Inclusiva, Novas Metodologias de Ensino, Capacitação Gerencial, Interdisciplinaridade, Projetos Integradores, Avaliação, etc.

Ainda de acordo com a Política de Capacitação, o estímulo à Pós-Graduação ocorre mediante concessão de horários especiais de trabalho, conforme dispõem as normas e legislações específicas, bem como o custeio e incentivo na participação nos Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER/DINTER).

5 GESTÃO ACADÊMICA

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso, neste *Campus* é vinculada Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, é um setor com finalidade de dar suporte, orientação e planejamento às ações de implantação e execução do curso que representa, e possuem as seguintes competências.

De acordo com a Portaria nº 2460/2019, o Coordenador do Curso será escolhido pelos docentes, discentes e técnico-administrativos vinculados ao curso, por meio de eleição, que serão nomeados pelo Reitor do IFRO, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução, após novo processo eleitoral.

O Coordenador de Curso Técnico deverá ter, no mínimo Graduação e formação, preferencialmente na área específica do curso.

5.2 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor-Geral do *campus*, Diretor de Ensino, Coordenador de

Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas na Resolução nº 7/REIT/CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018.

5.3 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Estão vinculados à Direção de Ensino:

a) Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE): desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes; atua junto ao ensino nas modalidades ofertadas com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, para prestar apoio pedagógico aos professores e alunos.

b) Coordenação de Assistência ao Educando (CAED): desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino, presta informações, realiza orientações aos discentes e seus familiares, mantém um trabalho articulado entre os discentes, seus familiares e os agentes escolares ligados ao ensino. A Coordenação, quando com a equipe completa, é composta pelos seguintes profissionais: Assistente Social, Orientação Educacional, Tradutor e Interprete de Libras, Psicólogo, Assistente de alunos e Enfermeiro, atualmente conta com o Assistente Social, Tradutor e Interprete de Libras e Assistente de alunos.

c) Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA): é um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

5.3.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Resolução 48/REIT-CONSUP/IFRO, de 18 de setembro de 2017, constituído de acordo com as legislações do país, é um órgão de assessoramento e se encontra ligado na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e em cada *Campus*, diretamente à Diretoria de Ensino. O NAPNE, criado por Portaria instituída em cada *Campus*, é um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Específicas. Sua finalidade é a promoção da educação para a convivência, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFRO.

O NAPNE visa à inserção das pessoas com necessidades específicas em cursos presenciais e a distância de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações no IFRO.

O NAPNE tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

Para fins de desenvolvimento das ações do NAPNE, são consideradas pessoas com necessidades específicas, todas aquelas contempladas pelo Decreto nº 7.611/11.

5.3.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, esse departamento é responsável pelas atividades de rotina relativas a estágio, através do levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que

favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Estão vinculados ao Departamento de extensão a Coordenação de Integração, Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC), Coordenação de Cursos de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e Coordenação do Centro de Idiomas (CCI).

5.3.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, mas também a comunidade externa.

5.3.4 Equipe Técnico-Pedagógica

A equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

A equipe Técnico-Pedagógica atende aos pais e alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares. Dão apoio pedagógico aos docentes e coordenam, implantam e implementam propostas pedagógicas do estabelecimento de ensino. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses comuns. Essa equipe é composta pela Diretoria de Ensino (Orientador Educacional, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca Escolar).

Quadro 8: Equipe Técnico-Pedagógica.

DOCENTE	CARGO/FUNÇÃO
Gisele Renata de Castro	Diretora de Ensino
Rose Almeida Souza	Pedagoga
Tiago Ramos de Souza	Técnico em Assuntos Educacionais

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

6.1.1 Estrutura Física

O *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé funciona, provisoriamente, no Centro de Educação para Jovens e Adultos (CEEJA) do município, que disponibiliza infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso.

As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno possui reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomada e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

6.1.2 Recursos Materiais

O *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé conta com os seguintes recursos de hiperídia: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, salas de EaD, impressoras, scanners entre outras aquisições que serão realizadas.

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida.

Em atendimento à Lei Federal nº 10.098/2000 e ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé dispõe de:

- a) Acesso adequado às edificações para portadores de necessidades especiais;
- b) A edificação possui calçada rebaixada;
- c) Sanitários para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes.

Deve-se cumprir o estabelecido na NBR 9050/2004 da ABNT e na legislação aplicável.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

O *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé possui corredores e banheiros com sinalização tátil e salas de aula identificadas com numeração em braile. Diante da matrícula de aluno cego, o *campus* prontamente irá adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade a estes alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da demanda serão adquiridos equipamentos que favoreçam a acessibilidade aos alunos surdos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem.

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratório

O IFRO *Campus* São Miguel do Guaporé coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos um Laboratório de Informática, com 40 computadores com acesso à internet,

dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min. Além do acesso no Laboratório de Informática, há internet wireless no perímetro do *Campus*, a qual o acadêmico tem acesso via sistema Eduroam.

São realizadas manutenções preventivas e corretivas planejadas pela Coordenação de Gestão de Tecnologia e Informação (CGTI) e demais gestores do IFRO *Campus* São Miguel do Guaporé. Programas específicos para uso dos professores e alunos nas aulas serão adquiridos, de acordo com as especificidades exigidas.

A atualização do laboratório será realizada a cada ano, de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, segundo a dotação orçamentária do *Campus*.

6.4 INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS

6.4.1 Laboratório Didático de Formação Básica

As atividades desenvolvidas em laboratório buscarão complementar a produção do saber através de distintos contextos de aprendizagens, indispensáveis para o ensino das habilidades previstas no curso. O curso Técnico em Agronegócio do IFRO, *Campus* São Miguel do Guaporé conta com o seguinte espaço para realização de sua atividade de formação básica:

- Laboratório de Informática, com 40 computadores com acesso à internet e programas específicos, dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h10min às 23h00min.

6.4.2 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

O curso não necessita de laboratórios didáticos de formação específica, mesmo assim os alunos do curso poderão usufruir dos laboratórios disponíveis no *Campus*:

- Laboratórios de Química/Biologia;
- Laboratório de Línguas.

6.5 BIBLIOTECA

6.5.1 Espaço Físico

O *Campus* oferecerá biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. O espaço físico destinado a instalação da Biblioteca está em fase de construção.

6.5.2 Demonstrativo da relação unidade/quantidade

A princípio, os docentes e alunos contarão com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais. A lista dos livros da referência básica e complementar do curso já foi enviada para o setor responsável para dar andamento ao processo de licitação e compra.

6.6 OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No planejamento das obras de implantação do *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé também estão sendo previstos espaços de convivência para os alunos, com cantina e pátio de recreação. Ressalta-se que estes espaços são iniciais e que, durante o desenvolvimento da unidade, outros espaços serão demandados, planejados e instalados no *Campus*.

7 BASE LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

7.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

Sua elaboração está amparada nos seguintes aspectos legais:

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2021);
- b) Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
- c) Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;
- d) Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- e) Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- f) Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- g) Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- h) Resolução CNE/CP nº 01/2021: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- I) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO *Campus* São Miguel do Guaporé: quinquênio 2018-2022.

7.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

O IFRO em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das Políticas para o Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

7.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em concordância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1/2012, a abordagem das temáticas relacionadas dos Direitos Humanos, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de

responsabilidades individuais e coletivas, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social.

Nos cursos do IFRO, os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias e optativas e como conteúdo de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. R. M., **A Indústria e o Agronegócio Brasileiro**. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2018.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, 4ª Ed. 2021. Disponível em: <<http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <<https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4143/educacao-superior>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/3337-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36-de-13-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Promoção da Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

____ Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **PIB do Agronegócio cresce 3,81% em 2019**. Brasília: CNA, 2020.

IBGE. **Número de empresas atuantes (2006-2017)**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2016>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

____ **PIB Municípios (2006-2017)**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

IFRO. Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFRO. **Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)** no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

____ Resolução nº 24/2019/CONSUP/IFRO. **Regulamento do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2019.

____ Resolução nº 29/2018/CONSUP/IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

____ Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO. **Política de Acompanhamento de Egressos** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

____ Resolução nº 79/2016/CONSUP/IFRO. **Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

____ Resolução nº 88/2016/CONSUP/IFRO. **Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

1º SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Português Instrumental			
CH Teórica:40h/aula	CH Prática: -	CH Total: 40h/aula	Código:-
Objetivo Geral			

Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos referentes à Língua Portuguesa, possibilitando, dessa forma, leitura e produção de textos variados que motivem, por excelência, a boa atuação do educando na vida profissional e nas inter-relações cotidianas.
Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> ● Demonstrar ao estudante a importância da conscientização e o conhecimento da língua como instrumento de comunicação; ● Desenvolver a capacidade de leitura como fonte de conhecimento, cultura e ampliação das formas de pensamento e raciocínio, incentivando a assumir uma postura crítica e consciente diante dos textos; ● Preparar para a busca de um melhor desempenho na forma padrão da língua portuguesa, por meio da leitura e da produção de textos.
Ementa
Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Leitura, compreensão e interpretação textual. Redação Comercial. Redação científica. Ortografia. Pontuação. Concordância. Regência.
Referências Básicas
<p>DISCINI, N. A comunicação nos textos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>FAULSTICH, E. L. J. Como ler, entender e redigir um texto. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>JESUS, S. N.; BARBOSA, I. L. M.; SILVA, A. N. P. Português Instrumental. Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013.</p> <p>KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A Coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a Prática de Fichamentos, Resumos, Resenha. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>
Referências Complementares
<p>CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática Reflexiva: Texto, Semântica e Interação. 4 ed. São Paulo: Atual, 2013.</p> <p>IKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 22 ed., São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>KOCH, I. G. V. Argumentação e Linguagem. 13 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, 10 ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>RIOLFI, C. R. Ensino de língua portuguesa. São Paulo: Thomson, 2008.</p>

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Introdução ao Agronegócio			
CH Teórica: 60h/aula	CH Prática:-	CH Total: 60h/aula	Código:-
Objetivo Geral			

Conhecer o significado do agronegócio e suas áreas de atuação, demonstrando os impactos e sua importância no Brasil e no mundo.

Objetivos Específicos

- Explicar o agronegócio;
- Ilustrar as cadeias produtivas do agronegócio;
- Apontar os conceitos que estão presentes no dia-a-dia do agronegócio;
- Ordenar os diversos momentos do agronegócio no decorrer do tempo;
- Descrever a importância do agronegócio para o desenvolvimento local;
- Analisar os fatores que interferem na produção de alimentos, demanda e consumo e as principais cadeias produtivas que fazem parte da pauta comercial do Estado de Rondônia e do agronegócio no contexto brasileiro.

Ementa

Agronegócios: conceitos e dimensões. O agronegócio no Brasil e no Mundo. Segmentos dos Sistemas Agroindustriais. Verticalizações e integrações agroindustriais. Principais *commodities* agrícolas. Agregação de Valores e Margem de Comercialização no Agronegócio. Coordenação das Cadeias Produtivas. Arranjos Produtivos Locais. O Crescimento do Agronegócio. A Competência do Agronegócio Brasileiro.

Referências Básicas

ARAÚJO, M. J. de. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
 CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
 MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
 ZUIN, L.F.S; QUEIROZ, T.R. (coord.). **Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Referências Complementares

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Saraiva, 2013.
 BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2.
 SAVOIA, J. R. F. **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. São Paulo: Saint Paul, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa

CH Teórica: 32h/aula

CH Prática: 8h/aula

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Compreender e aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e

instruções de prática profissional na realização de estágio e pesquisa.

Objetivos Específicos

- Identificar a metodologia de pesquisa;
- Enumerar as áreas de Pesquisa do Curso;
- Decodificar o exercício da escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento;
- Ilustrar os princípios de Metodologia Científica;
- Aplicar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos;
- Relacionar os elementos do estágio e sua operacionalização;
- Usar o conhecimento para a elaboração de textos técnicos e científicos.

Ementa

Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Elaboração de trabalho de curso segundo as normas da ABNT. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.

Referências Básicas

- FRANZIN, S. F. L. **Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa**. Cuiabá: UFMT, 2013.
- ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 6 Ed. Curitiba: Juruá, 2016
- OLSEN, W. **Coleta de Dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. São Paulo: Penso, 2015.
- SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S., **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. Vol. 46, 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Referências Complementares

- BELL, J. **Projeto de Pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais**. São Paulo: Penso, 2007.
- FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. São Paulo: Penso, 2012.
- FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: elaboração e formatação**. 16 Ed. Porto Alegre: s.n., 2012.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, J. L. **Texto Acadêmico: Técnicas de Redação e de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MONLEVADE, J. A. C. **Orientações para a Prática Profissional Supervisionada**. Cuiabá: UFMT, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Ética Profissional e Cidadania			
CH Teórica: 40h/aula	CH Prática:-	CH Total: 40h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Possibilitar o conhecimento dos principais aspectos dos conceitos de Ética Profissional e Cidadania, a partir de uma reflexão a respeito da importância do comportamento ético para o exercício da cidadania e ações sustentáveis nas relações de trabalho.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Enumerar os conceitos sobre valores, moral e ética; ● Analisar sobre a importância de um comportamento ético e da responsabilidade social; ● Decodificar a ética profissional como exemplo de ética aplicada ao mundo do trabalho; ● Combinar a conduta ética ao respeito à diversidade cultural, direitos humanos e políticas de igualdade. 			
Ementa			
Fundamentos da Ética. O significado de seus valores e as implicações éticas– políticas do trabalho. Relações éticas para a diversidade. Ecoética e Sustentabilidade. O debate ético na contemporaneidade: cidadania e direitos humanos no Brasil, políticas de igualdade de oportunidades, acesso aos bens sociais e culturais, posturas e valores quanto às relações étnico-raciais e responsabilidade social.			
Referências Básicas			
<p>BARSANO, P. R. Ética Profissional. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>GONZAGA, A. A. Ética Profissional: Sintetizado. São Paulo: Método, 2019.</p> <p>NALINI, J. R. Ética Geral e Profissional. 13 Ed. São Paulo: RT, 2016.</p> <p>NEGREIROS, D. S. Ética Profissional e Cidadania. Cuiabá: UFMT, 2013.</p> <p>SÁ, A. L. Ética Profissional. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p>			
Referências Complementares			
<p>BENNETT, C. Ética Profissional. 2 Ed. Rio de Janeiro: Senac, 2012.</p> <p>CAMARGO, M. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. 6 Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>COTRIM, G. Fundamentos da Filosofia. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>CREMASCO, J. A.; CARDELLA, H. P. Ética Profissional. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>JUNIOR, M. A. A. Ética Profissional. 3 Ed. Porto Alegre: Premier, 2008.</p> <p>SILVA, E. G. B. Ética profissional. Alegrete: Instituto Federal Farroupilha, 2012.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Maquinários e Tecnologias Agropecuárias			
CH Teórica: 32h/aula	CH Prática: 8h/aula	CH Total: 40h/aula	Código:-

Objetivo Geral
Conhecer as máquinas agrícolas, seu emprego e a sua importância para o agronegócio.
Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Descrever o funcionamento e emprego das máquinas e equipamentos agrícolas • Esclarecer a importância da conservação e manutenção das máquinas e equipamentos agrícolas; • Empregar técnicas de segurança; • Apontar as tecnologias agropecuárias e entender seu papel para a redução dos custos de produção.
Ementa
Tratores, implementos e máquinas agrícolas. Capacidade operacional das máquinas e implementos agrícolas. Conservação, manutenção preventiva e corretiva. Agricultura de precisão. Técnicas de segurança nas operações agrícolas.
Referências Básicas
<p>MOLIN, J. P., AMARAL, L. R., COLAÇO, A. F. Agricultura de Precisão. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.</p> <p>ROSA, D. P. Dimensionamento e planejamento de máquinas e implementos agrícolas. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.</p> <p>SILVA, R. C. Máquinas e Equipamentos Agrícolas. Editora Érica, 2014.</p>
Referências Complementares
<p>BALASTREIRE, L. A. Máquinas Agrícolas. São Paulo: Editora Manole, 1990.</p> <p>COMETTI, N. N. Mecanização Agrícola. Curitiba: Editora LT, 2012.</p> <p>SILVEIRA, G. M. Os cuidados com o trator. São Paulo: Aprenda Fácil, 2001.</p>

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Informática Aplicada ao Agronegócio			
CH Teórica: 20h/aula	CH Prática: 20h/aula	CH Total: 40h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Compreender e utilizar ferramentas de informática nas atividades relacionadas ao agronegócio.			
Objetivos Específicos			

- Conhecer os conceitos básicos de informática;
- Usar o Sistema Operacional;
- Manipular softwares utilitários;
- Preparar documentos com editor de texto;
- Desenvolver apresentações;
- Preparar planilhas eletrônicas;
- Apontar os recursos de rede;
- Usar a Internet.

Ementa

Conceitos básicos de informática. Formatação de trabalhos acadêmicos com o uso de editor de texto. Utilização de recursos avançados, relacionados ao agronegócio, de planilhas eletrônicas (macros, funções, fórmulas, taxas, formulários, gráficos avançados e tabelas dinâmicas). Internet.

Referências Básicas

COX, J.; LAMBERT, J., **Microsoft Word 2013**: Série Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2014.

LAMBERT, S.; LAMBERT, J. **Microsoft Windows 10**: Série Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2016.

MANZANO, A. L. N. G. **Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2013**. São Paulo: Editora Érica. 2013.

VELLOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**. 10.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

Referências Complementares

COX, J.; LAMBERT, J., **Microsoft PowerPoint 2013**: Série Passo a Passo. Porto Alegre: Bookman, 2014.

JUNIOR, H. E. **Computação em nuvem com o Office 365**. São Paulo: Novatec, 2015.

MANZANO, A. L. N. G. **Estudo Dirigido de Microsoft Power Point 2013**. São Paulo: Editora Érica. 2013.

MARTELLI, R. **Office 2016 Para Aprendizagem Comercial**. São Paulo: Senac, 2016

SILVA, M. G. **Informática**: Terminologia, Microsoft Windows 8, Internet, Segurança, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Microsoft Access 2013. 1ª ed. São Paulo: Ed. Érica, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Matemática Básica

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Possibilitar que os alunos do curso de Técnico em Agronegócio consigam desenvolver o conhecimento matemático, ainda que dos assuntos básicos, para aplicarem nas disciplinas do curso, assim como na vida profissional e pessoal.

Objetivos Específicos

- Realçar os conceitos fundamentais da matemática básica;
- Demonstrar condições para resolver problemas que se apresentam na forma de regra de três simples, composta e de porcentagem;
- Identificar as unidades de medidas das variadas grandezas, priorizando aquelas em que o Técnico em Agronegócios utilizará com mais frequência em sua profissão;
- Transferir conhecimento sobre a estatística descritiva e os conceitos básicos envolvendo probabilidade.

Ementa

Operações básicas envolvendo números reais. Potenciação. Expressões numéricas. Expressões algébricas. Equação de 1º grau. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Unidades de medida. Noções de estatística. Noções de probabilidade.

Referências Básicas

HAZZAN, S. **Fundamentos de matemática elementar:** combinatória, probabilidade. Vol. 5ª ed. São Paulo: Atual, 2013.
IEZZI, G. *et al.* **Matemática.** Volume único. 5ª ed. São Paulo: Atual, 2012.
MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística básica.** 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Referências Complementares

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil.** 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
IEZZI, G. *et al.* **Fundamentos de matemática elementar:** matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. Vol. 11. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2013.
SENAR. **Matemática básica e financeira.** Apostila do Curso do Técnico em Agronegócio da SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília, 2015.
SILVA, S. M; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da. **Matemática básica para cursos superiores.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Extensão Rural e Agricultura Familiar

CH Teórica: 60h/aula

CH Prática:

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Compreender a importância da extensão rural para a melhoria das propriedades rurais e para o desenvolvimento econômico da agricultura de base familiar.

Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Descrever a função da Extensão Rural; • Enumerar as diversas formas e experiências de Extensão Rural adotadas no Brasil; • Discutir os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais da atividade familiar. 			
Ementa			
Fundamentos da extensão Rural. Caracterização de produtores rurais. Estrutura agrícola do Brasil e de Rondônia. Processos de comunicação e difusão de inovações. Planejamento aplicada a extensão rural. Metodologias Participativas. Aspectos conceituais de agropecuária familiar no Norte e no Brasil. Desafio da sustentabilidade na agropecuária familiar. Políticas públicas de apoio a agropecuária familiar.			
Referências Básicas			
<p>CAPPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2007.</p> <p>CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2009.</p> <p>SCHMITZ , H. Agricultura familiar, extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010.</p> <p>VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático. Brasília: MDA/SAF, 2006.</p>			
Referências Complementares			
<p>OLIVEIRA, M. A. C. Sustentabilidade e agricultura familiar. Curitiba: CRV, 2011.</p> <p>PETERSON, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.</p> <p>TAVARES, E. D. Da agricultura moderna a agroecológica: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. Fortaleza: Banco do Nordeste; Embrapa, 2009.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Administração Rural I			
CH Teórica: 60h/aula	CH Prática:	CH Total: 60h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Conhecer os processos, conceitos e tipologias da administração bem como a evolução do pensamento administrativo voltado para a administração rural.			
Objetivos Específicos			

- Apontar ao aluno o conceito de organização e sua relação com o processo administrativo;
- Ilustrar o campo da administração e sua evolução histórica;
- Esquematizar as principais contribuições teóricas e práticas para a formação do conhecimento administrativo;
- Demonstrar uma visão integrada do processo gerencial do papel dos dirigentes;
- Listar os diferentes tipos de organizações e suas características como campos de aplicação do conhecimento administrativo;
- Descrever a Administração Rural como instrumento de ação para o profissional do Agronegócio.

Ementa

Estudo das teorias administrativas e sua caracterização observando as teorias estabelecidas para a escola clássica, escolas das relações humanas e as escolas burocráticas. Apresentar a teoria geral de sistemas dando uma abordagem comportamental, sistêmica e contingencial. Estudo da importância das funções administrativas com foco na administração da sociedade. Conceituação de administração no agronegócio. Características peculiares do setor agropecuário. As unidades de produção rural. O ambiente nas empresas rurais.

Referências Básicas

ARAÚJO, M. J. de. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
 MAXIMINIAMO, A. C. **Fundamentos de Administração**. Editora Atlas. São Paulo, 2007
 OLIVEIRA, D. P. R. **Fundamentos da Administração: conceitos e práticas essenciais**. São Paulo, Atlas, 2009.
 SILVA, R. A. G. **Administração rural: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Juruá, 2013.

Referências Complementares

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI – Gestão de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2012. 2 v.
 CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
 MAXIMIANO, A. C. A.; **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.
 MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Gestão da produção agrícola

CH Teórica: 60h/aula

CH Prática:

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Conhecer os principais aspectos envolvidos nas cadeias produtivas da Agricultura.

Objetivos Específicos

- Apontar os princípios das cadeias produtivas da agricultura;
- Ilustrar as particularidades das diversas cadeias produtivas da agricultura;
- Classificar as oportunidades existentes nas cadeias produtivas;
- Reconhecer as tendências das cadeias produtivas da agricultura.

Ementa

Conceitos e principais cadeias produtivas da agricultura regional, nacional e mundial. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Evolução, peculiaridades, principais tendências e oportunidades das cadeias produtivas de grãos, frutas e hortaliças.

Referências Básicas

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo Manual de Olericultura**. Viçosa: Editora UFV, 2008.
 GOMES, R. P. **Fruticultura brasileira**. São Paulo: Nobel, 2006.
 SEDIYAMA, T. **Tecnologia de produção e usos da soja**. Porto Alegre: Mecenasa, 2009.

Referências Complementares

EMBRAPA. **A cultura do milho irrigado**. Brasília: EMBRAPA, 2003.
 MADEIRA, N. R. *et al.* **Manual de Produção de Hortaliças Tradicionais**. EMBRAPA, 2013.
 VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T.J.; BORÉM, A. **Feijão**. Viçosa: Editora UFV, 2013.

2º SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Matemática Financeira para o Agronegócio

CH Teórica: 32h/aula

CH Prática: 8h/aula

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Criar um ambiente favorável para que os alunos possam adquirir e desenvolver conhecimentos de matemática financeira, com o intuito de prepara-los para situações vividas por um técnico em Agronegócio, assim como para economia familiar.

Objetivos Específicos

- Calcular juros simples e composto;
- Identificar a diferença entre sistema de amortização SAC e PRICE;
- Escolher entre as melhores formas de empréstimo ou investimento como formas de captação de recursos.

Ementa

Capitalização simples. Descontos simples. Capitalização composta. Séries de pagamentos. Sistema de amortização. Análise de investimentos.

Referências Básicas

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas aplicações**. 12a ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 HAZZAN, S.; POMPEU, J. N. **Matemática financeira**. 6.ed. Saraiva, 2007.
 IEZZI, G. et al. **Fundamentos da Matemática Elementar**. vol.11, 9ª ed, São Paulo: Atual, 2013.
 VERAS, L. L. **Matemática financeira**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2001.

Referências Complementares

CRESPO, A. A. **Matemática Financeira Fácil**. 14a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 HOJI, M. **Administração financeira e orçamentaria**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
 KUHNEN, O. L. **Matemática financeira aplicada e análise de investimentos**. São Paulo: Atlas, 1994.
 MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. **Matemática financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
 SENAR. **Matemática básica e financeira**. Apostila do Curso do Técnico em Agronegócio da SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Marketing no agronegócio

CH Teórica: 60h/aula

CH Prática:

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Reconhecer a importância do marketing, suas orientações e tarefas necessárias para o processo de marketing no Agronegócio.

Objetivos Específicos

- Apontar os principais conceitos e teorias do marketing e suas aplicações no agronegócio;
- Ilustrar a importância da informação e da pesquisa na tomada de decisão de marketing;
- Descrever o processo de segmentação e posicionamento, bem como, desenvolver e gerenciar as ações estratégicas e táticas de marketing no agronegócio.

Ementa

Plano de Marketing: planejamento comercial, organização e estratégia comercial. Principais forças do macroambiente (demográfico, econômico, natural, tecnológico, político-legal e sociocultural). Métodos e técnicas para identificação das variáveis de preço: preço básico, descontos e prazos. Métodos e técnicas para identificação das variáveis de produto ou serviço: características, “*design*”, qualidade, embalagem, ciclo de vida do produto. Métodos e técnicas para identificação das variáveis da praça (distribuição).

Referências Básicas

CHURCHIL, J.; GILBERT, A.; PETER, J. **Marketing: criando valor para os clientes**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
LAS CASAS, A. L. **Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006.
KOTLER, P.; KELLER K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

Referências Complementares

COBRA, M. **Marketing básico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
HOFFMAN, K. D.; BATESON, J. E. G. **Princípios de Marketing de Serviços: conceitos, estratégias e casos**. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
KOTLER, P. **Marketing básico**. São Paulo: Atlas, 2000.
TAGLIACARNE, G. **Pesquisa de mercado: técnica e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
VERGARA, S. C. (Coord.) **Gestão de Marketing**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Administração Rural II

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Contextualizar a Administração Rural como instrumento de ação para o profissional do Agronegócio.

Objetivos Específicos

- Apontar os principais conceitos da Administração Rural aplicados a unidade de produção agropecuária e aos mercados;
- Comparar a aplicação das principais técnicas utilizadas no planejamento de atividades agropecuárias;
- Discriminar os recursos, áreas e níveis administrativos da empresa rural;
- Identificar as características da agricultura que diferenciam a administração da empresa rural da urbano-industrial;
- Analisar o contexto da empresa rural, seu ambiente interno e geral assim como as variáveis do processo administrativo nas empresas rurais.

Ementa

Objetivos e estratégias das empresas rurais. Processo administrativo das empresas rurais. Organização, sistema e métodos nas empresas rurais. Planejamento e controle da produção: origem e função do planejamento e controle da produção. Técnicas de Planejamento e Controle da Produção. Novas tecnologias de inovação e gestão rural. Estudos de caso em Consultoria Rural.

Referências Básicas

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI – Gestão de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2012.
SAVOIA, J. R. F. **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. São Paulo: Saint Paul, 2009.
SILVA, R.A. G. **Administração rural: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Juruá, 2013.

Referências Complementares

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
MASSILON, J. A. **Fundamentos de agronegócios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
ZUIN, L.F.S; QUEIROZ, T.R. (coord.). **Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Logística para o Agronegócio

CH Teórica: 36h/aula

CH Prática: 4h/aula

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Apresentar aos discentes fundamentos de logística e cadeia de suprimento agrícola, apresentando conceitos e técnicas de análise utilizadas no agronegócio.

Objetivos Específicos

- Reconhecer a importância do gerenciamento adequado das funções logísticas;
- Decodificar os aspectos relacionados às definições de logística, cadeia de suprimentos (CS) e gestão da cadeia de suprimentos (GCS ou SCM);
- Demonstrar a importância da logística e seus objetivos;
- Ilustrar os agentes envolvidos no processo de coordenação das atividades logísticas;
- Distinguir suprimento físico e distribuição física; atividades primárias e atividades de apoio da logística;
- Comparar os produtos logísticos, suas características e ciclo de vida;
- Averiguar estratégias e planejamento da logística no agronegócio.

Ementa

Fundamentos e conceitos gerais de Logística. Caracterização dos sistemas de transporte em agronegócios. Logística de operações de apoio à produção agropecuária. Sistemas de coleta e distribuição de produtos. Armazenagem, manuseio e acondicionamento de produtos em agronegócios. Localização de depósitos e de instalações de armazenagem. Controle de estoques, aquisição e programação de produção. O ambiente e sua influência sobre o custo do produto. Redução de custos por meio da adequação de estoques. Principais problemas de

transporte e logística em complexos agroindustriais.

Referências Básicas

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. Bookman, 2006.
BERTAGLIA. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.
CHING, H. Y. **Gestão de estoque na cadeia de logística integrada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. Atlas, 2010.
NOVAES, A. G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Referências Complementares

CAIXETA-FILHO. **Gestão de Logística do Transporte de Cargas**. Atlas, São Paulo, 2002.
COSTA, M. F. G., FARIA, A. C. **Gestão de Custos Logísticos**. São Paulo: Atlas, 2008.
NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. 3 ed. Rio de Janeiro: *CAMPUS*, 2007.
RODRIGUES, P. R. A. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Gestão de Pessoas no Agronegócio

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Conhecer técnicas e processos de gestão de pessoas, bem como os aspectos relacionados ao comportamento humano nos ambientes organizacionais, com finalidade de promover a organização administrativa de empresas e obter de resultado.

Objetivos Específicos

- Compreender os fundamentos de Gestão de Pessoas na administração;
- Conceituar Gestão de Pessoas e seus elementos;
- Conhecer técnicas de recrutamento e seleção de pessoas;
- Demonstrar maneiras de desenvolvimento e treinamento de pessoas;
- Aplicar métodos de Avaliação de desempenho;
- Diferenciar o funcionamento de grupos e equipes em ambientes organizados.

Ementa

Conceitos e processos de gestão de Pessoas. Recrutamento e seleção de pessoas. Desenvolvimento e treinamento de pessoal. Rotinas de pessoal. Remuneração. Programas de incentivos. Avaliação de desempenho. Comportamento individual. Trabalho, grupo e

equipe de alto desempenho. Valores, atitude, motivação e aprendizagem. Poder, conflito e negociação. Formas de liderança. Cultura e clima organizacional.

Referências Básicas

CARVALHAL, E.; ANDRÉ NETO, A.; ANDRADE, G. M. **Negociação e Administração de Conflitos**. 5 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 10ª Ed. Amsterdã: Elsevier, 2015.

MAÇÃES, M. **Liderança, Motivação e Comunicação**. São Paulo: Actual, 2017.

RIBEIRO, A. L. **Gestão de Pessoas**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.;

SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro**. 14 Ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

Referências Complementares

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 4 Ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO, I. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**. 8 Ed. São Paulo: Manole, 2015.

DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, B. R. **Gestão Estratégica de Pessoas com foco em Competências**. Amsterdã: Elsevier, 2013.

VECCHIO, R. P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Gestão Ambiental, Ecossistemas e Sustentabilidade

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Conhecer os aspectos econômicos da produção e gestão sustentável no desenvolvimento de um negócio, referentes aos mecanismos e instrumentos utilizados na gestão empresarial, com vistas a assegurar a qualidade ambiental, a sustentabilidade dos empreendimentos e a responsabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos

- Distinguir os conceitos de meio ambiente e de responsabilidade social e ambiental;
- Ilustrar os processos de produção do ponto de vista da sustentabilidade e da preservação ambiental;
- Classificar modelos de gestão e princípios fundamentais;
- Descrever políticas públicas e privadas de desenvolvimento social integrado ao meio ambiente;
- Desenvolver o senso crítico, o trabalho em equipe e a identificação e solução de problemas do agronegócio em relação a sustentabilidade.

Ementa
A crise socioambiental, causas e cenários. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Ambiental. Ferramentas de gestão ambiental. Responsabilidade Social e Corporativa. Desenho e implementação de programas de Responsabilidade Social Corporativa. Instrumentos de auditoria e divulgação de resultados de ações sustentáveis. Conceitos de Economia Verde. Conceitos de Uso da Terra e Mudança do Uso da Terra. Classificação Ambiental de agroquímicos. Resíduos provenientes do setor agropecuário.
Referências Básicas
BUAINAIN, A. M.; et al. O mundo rural do século 21 . São Paulo:Unicamp; Brasília: EMBRAPA, 2014. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . In: Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. Atlas, 2011. FEIJÓ, R. L. C. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural . Rio de Janeiro, LTC. 2011. NASCIMENTO, L. F; LEMOS, A. D. C; MELLO, M. C. Gestão Socioambiental Estratégica . Porto Alegre: Bookman, 2014.
Referências Complementares
CARVALHO, A. R. C.; OLIVEIRA, M. V. C. Princípios Básicos do Saneamento do Meio Rural . 9. ed. São Paulo: SENAC, 2007. MELO NETO, F. P; FROES, C. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro . São Paulo: Qualitymark, 2001. NEVES, M. F. Agronegócios & Desenvolvimento Sustentável . São Paulo: Atlas, 2007. PHILIPPI JR., A. Saneamento, saúde e ambiente . São Paulo: Editora Manole, 2004. SEIFFERT, M. E. B. Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental . São Paulo, Atlas. 2007.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Gestão de Vendas e Negociação no Agronegócio			
CH Teórica: 40h/aula	CH Prática: 20h/aula	CH Total: 60h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Oferecer uma visão ampla ao aluno de como se processam as atividades que fazem parte do mercado agropecuário.			
Objetivos Específicos			

- Ilustrar os conceitos para realização de diagnóstico organizacional;
- Construir projeto de consultoria: características; etapas e contrato de serviço;
- Desenvolver diagnósticos;
- Construir propostas comerciais e relatórios;
- Escrever políticas, manuais, procedimentos e regulamentos.

Ementa

Introdução à comercialização agrícola. Oferta e procura de produtos agropecuários. Equilíbrio de mercado. Preços de mercado. Mercado de insumos agropecuários. Mercado de produtos agropecuários. Instituições e indivíduos da comercialização agrícola. Canal de comercialização. Eficiência de comercialização. Políticas de mercado agropecuário.

Referências Básicas

BRANDT, S. A. **O mercado agrícola brasileiro**. São Paulo: Nobel, 1979.
 MENDES, J. T. G. **Economia agrícola: princípios básicos e aplicações**. Curitiba, Editora da UFPR, 1989.
 SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp. IE, 1996.

Referências Complementares

ACCARINI, J.H. **Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro**. Petrópolis, ed. Vozes, 1987.
 ALBUQUERQUE, M. C. C; NICOL, R. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: MacGraw Hill, 1987.
 ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. UFRS, 1998, 323 p.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Associativismo e Cooperativismo

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Desenvolver no aluno a compreensão da diferença, vantagens e desvantagens de uma cooperativa e uma associação.

Objetivos Específicos

- Definir o que é uma associação e a importância dessa organização;
- Identificar a forma de organização de uma associação passo a passo;
- Ilustrar o cooperativismo, a sua história e sua importância;
- Descrever a metodologia da moderação móvel, para utilização na condução de reuniões com agricultores;
- Operacionalizar os futuros técnicos com informações sobre as políticas públicas que podem ser acessadas de forma coletiva.

Ementa
Origem histórica das organizações. Princípios do cooperativismo e do associativismo. Formas de cooperação: associação, cooperativa e grupo informal. Ambiente social e organizacional. Organizações rurais e desenvolvimento territorial. Participação e gestão participativa. Cooperação, organização social e desenvolvimento. Políticas públicas e implementação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo. Economia solidária no meio rural.
Referências Básicas
FIORINI, C.; ZAMPAS, A. Cooperativismo e Empreendedorismo . São Paulo. Saraiva, 2015. NETO, S. B. Economia e Gestão de Organizações Cooperativas . 2ª Ed. São Paulo. GEN - Grupo Editorial Nacional Participações S/A, 2012. RIOS, G. S. L. O Que é Cooperativismo . 2ª edição. São Paulo. Editora: Saraiva, 2015.
Referências Complementares
MIRANDA, J. E. de. Filosofia Cooperativa: Análisis Del Proceso de Conformación Del Cooperativismo . São Paulo: Editora Juruá, 2016. OLIVEIRA, F. Os Sentidos do Cooperativismo . São Paulo. Editora LTR, 2014. OLIVEIRA, D. P. R. D. Manual de Gestão Das Cooperativas: Uma Abordagem Prática . São Paulo. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015. SCHOLZ, T. Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa . São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016. THESING, N. J. Por Um Mundo Melhor: Cooperação e Desenvolvimento . Editora: Buqui, Porto Alegre/RS, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Cadeias Produtivas no agronegócio			
CH Teórica: 60h/aula	CH Prática:	CH Total: 60h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Conhecer os principais aspectos envolvidos nas cadeias produtivas da pecuária.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Descrever os princípios das cadeias produtivas pecuárias; ● Ilustrar as particularidades das diversas cadeias produtivas; ● Distinguir as oportunidades existentes nas cadeias produtivas; ● Identificar as tendências das cadeias produtivas pecuárias. 			
Ementa			

Conceitos e principais cadeias produtivas da pecuária regional, nacional e mundial. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Evolução, peculiaridades, principais tendências e oportunidades das cadeias produtivas da avicultura de corte e postura, suinocultura, piscicultura, apicultura, bovinocultura de corte e leite, bubalinocultura de corte e leite, ovinocultura e caprinocultura.

Referências Básicas

BARCELLOS, J. O. J. **Bovinicultura de corte: Cadeia produtiva e Sistemas de produção.** Agrolivros, 2011.

CAVALCANTI, S. S. **Suinocultura dinâmica.** Belo Horizonte: FEP/MVZ, 2000.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NEVES, M. F.; et al. **Estratégias para a carne bovina no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2012.

Referências Complementares

NEVES, M. F.; CASTRO, L.; THOME, E. **Marketing e Estratégia em Agronegócio e Alimentos.** São Paulo: Atlas, 2007. 368p. 4ex. de 2003.

OLIVEIRA, R.L.; BARBOSA, M. A. A. F. **Bovinicultura de Corte: desafios e tecnologias.** Salvador: Editora da UFBA, 509 p. 2007.

PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. (Org.). **Bovinicultura leiteira: fundamentos da exploração racional.** 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Gestão Financeira no Agronegócio

CH Teórica: 60h/aula

CH Prática:

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Aplicar a gestão financeira e entender sua importância para o crescimento e desenvolvimento do agronegócio.

Objetivos Específicos

- Acompanhar e analisar orçamentos;
- Preparar os relatórios financeiros orçamentários;
- Realizar orçamento de capital e tomada de decisão de investimento.

Ementa

Mercado financeiro e mercado de capitais. Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países. Fontes de financiamento de curto e longo prazo. Ciclo econômico financeiro. Introdução ao orçamento. Princípios do orçamento. Componentes do orçamento. Demonstrações financeiras projetadas. Acompanhamento e análise orçamentária.

Referências Básicas

CASAROTTO FILHO, N.; KIPITTKKE, B. H. **Análise de Investimentos**. São Paulo: 2000.
 HOJI, M. **Administração Financeira: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
 WELSCHE, G. A. **Orçamento Empresarial: planejamento e controle do lucro**. São Paulo: USP, 1996.
 AGUSTINI, C. A. D. **Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 1999
 ÂNGELO, C.F. de. e SILVEIRA, J.A.G. da. **Finanças no varejo: gestão operacional**. São Paulo: Atlas, 1997

Referências Complementares

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
 MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 WERNKE, R. **Gestão financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais**. Rio de Janeiro, Saraiva, 2008 FRANCO,
 HILÁRIO. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

3º SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Inovação Tecnológica e Competitividade			
CH Teórica: 40h/aula	CH Prática:	CH Total: 40h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Identificar, entender e utilizar os principais softwares aplicativos específicos necessários à tomada de decisões no Agronegócio.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conceituar a inovação e os sistemas de informação e o seu papel nas organizações. Para tal serão apresentados métodos, técnicas e ferramentas para modelagem e desenvolvimento de estratégias de inovação; ● Aprender e analisar como os dados e as informações fluem dentro de uma organização; ● Apresentar noções fundamentais de modelos de gestão e discutir o valor da inovação e dos sistemas de informação voltados para a gestão e melhoria das condições de competitividade das organizações; ● A revisão de literatura e a discussão e reflexão sobre conceitos de inovação; ● Alavancar o espírito de cooperação em equipe e de antecipação pela inovação. 			
Ementa			

Sistema: organização, estrutura e suas interconexões. Objetivos empresariais e a tomada de decisões. O sistema de informação no processo gerencial. Gestão de sistemas de informação.

Sistemas de informações empresariais, processos empresariais automatizados, integração de múltiplas soluções de software, gestão de conhecimentos e comércio eletrônico no Agronegócio.

Referências Básicas

EHLERS, E. **O que é Agricultura Sustentável**. Primeiros passos. Brasiliense, 2009.
FRANCISCO NETO, J. **Manual de horticultura ecológica: auto-suficiência em pequenos espaços**. Nobel, 1995.
PENTEADO, S. R. **Manual pratico de agricultura organica**. Via organica, 2007.

Referências Complementares

SOUZA, J. L.; REZENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.
LEI Nº 10831, DE 23/12/2003: **dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências**.
DECRETO Nº 6.323, Regulamenta LEI Nº 10.831.
DI SERIO, L. C.; VASCONCELLOS, M. A. **Estratégia e competitividade empresarial: Inovação e criação de valor**. 1. Ed. São José dos Campos: Saraiva, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Custos e Formação de Preços

CH Teórica: 48h/aula

CH Prática: 12h/aula

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Proporcionar o entendimento dos principais conceitos de custos e formação de preço e sua aplicabilidade na gestão das empresas.

Objetivos Específicos

- Construir conhecimento dos principais conceitos e definições da contabilidade de custos;
- Classificar custos e despesas de uma empresa;
- Descrever os métodos de custeio;
- Operar decisões com base em custo variável.

Ementa

Abordagem introdutória à contabilidade de custos. Conceitos, classificações e nomenclaturas de custos. Departamentalização e centro de custos. Definição de bases de rateio e metodologia de aplicação de custos indiretos Custeio direto ou absorção. Controle e custeio dos materiais. Controle e custeio de mão-de-obra. Custos Indiretos de Fabricação (CIF). Custeio baseado em atividade (*Activity Based Costing*). Análise Custo, Volume e Lucro. Ponto de equilíbrio, Efeitos dos Tributos sobre custos e preços. Formação de preços.

Referências Básicas

COSTA, R. G.; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luis Martins de. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 2000.
BACINELLO, E. **Contabilidade de Custo**. Cuiabá: Rede e-TEC, 2014.
FAMA, R.; BRUNI, A. L. **Gestão de custos e formação de preços**. São Paulo: Atlas, 2002.
MEGLIORINI, E. **Custos: análise e gestão**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2011.
LEONE, G. S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

Referências Complementares

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2002.
COGAN, S. **Custos e preços: formação e análise**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
HORNGREM, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. G. **contabilidade de custos**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
KUHLEN, O. L. **Matemática financeira empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.
LEONE, G. S. G. **Curso de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2000.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Turismo Rural

CH Teórica: 32h/aula

CH Prática: 8h/aula

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Conhecer e estudar esta importante vertente do turismo no Brasil, suas origens e características e a sua ligação com o setor primário da economia, a agropecuária.

Objetivos Específicos

- Identificar as paisagens naturais da região e as suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo;
- Apontar os estabelecimentos rurais da região que fazem parte da cadeia produtiva;
- Listar as políticas públicas das diferentes esferas administrativas para o turismo rural;
- Ilustrar a importância do setor de serviços para o crescimento local e regional, bem como para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade;
- Reconhecer o turismo rural como uma atividade sustentável que contribui para conservação e preservação ambiental;
- Defender a consciência ambiental e social através de meios pedagógicos à comunidade e ao turista;
- Desenvolver a organização desta atividade do setor de serviços na região;
- Operacionalizar através do marketing o turismo, a cultura, as pessoas e os produtos da região.

Ementa

Turismo Rural: origens e características. Produção Turística no meio rural. Aspectos econômicos e socioculturais. Os impactos ambientais. Clientela e mercado do Turismo Rural. Implantação de projetos. Planejamento turístico: fatores intervenientes no desenvolvimento do turismo: fatores socioeconômicos determinantes, fatores culturais e psicossociológicos, fatores técnicos determinantes. Turismo agroecológico e subatividades do turismo.

Referências Básicas

FARIA, J. C. **Turismo como Fator de Desenvolvimento Rural Sustentável.** In: REIS, Fábio José Garcia (Org.) Turismo – Uma Perspectiva Regional. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005, p. 31-41.

PIRES, P. S. **A Paisagem Rural como Recurso Turístico.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) Turismo Rural – Práticas e Perspectivas. São Paulo: Contexto, 2003, p. 117-132.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papyrus, 1997.

Referências Complementares

BLOS, W. **O Turismo Rural na Transição para um Outro Modelo de Desenvolvimento Rural.** In: ALMEIDA, J. A. RIEDL, M. (Orgs.) Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000, p. 199-222.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Embratur. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília, DF, 1994.

CAMPANHOLA, C. S., J. G.. **O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio & RIEDL, Mário (Orgs.) Op. cit. Bauru: EDUSC, 2000, p. 145-179.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Políticas Públicas para o Agronegócio

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Estudar o conjunto das políticas agrícolas, seus instrumentos e impactos para o desenvolvimento agrícola e agrário brasileiro.

Objetivos Específicos

- Analisar os processos da modernização da agricultura, da implantação dos complexos agroindustriais e o desenvolvimento dos mercados agrícolas em decorrência das políticas agrícolas adotadas;
- Ilustrar o funcionamento das políticas agrícolas e desenvolver o conhecimento interdisciplinar, analítico e crítico da política agrícola no Brasil;
- Esquematizar informações para compreensão das mediações que precedem a formação das políticas públicas e que acompanham sua implementação.

Ementa
Conjuntura do Agronegócio. Políticas Macroeconômicas. Política Agrícola. Política florestal e de produção ambiental. Política comercial. Política industrial. Política de investimentos públicos. Cenário internacional do Agronegócio.
Referências Básicas
BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil . São Paulo: Atlas, 2004. LEITE, S. Políticas Públicas e Agricultura no Brasil . Sérgio Leite (org.). Porto Alegre: editora da Universidade/UFRGS, 2001. PINHO, D. B; VASCONCELLOS, M A S. Manual de Economia - Equipe de Professores da USP. Saraiva, Rio de Janeiro, 2006. SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico . 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.
Referências Complementares
EVANS, P. Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial . UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. GREMAUD, A. P.; AZEVEDO, P. F.; DIAZ, M. D. M. introdução a Economia . Atlas, São Paulo, 2007. VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. Fundamentos de Economia . Saraiva, Rio de Janeiro, 2008. TROSTER, R.L; MOCHON, F. Introdução a Economia . Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2002.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO			
Disciplina: Gestão da Qualidade no Agronegócio			
CH Teórica: 40h/aula	CH Prática:	CH Total: 40h/aula	Código:-
Objetivo Geral			
Identificar os principais fatores influentes na gestão da qualidade de produtos e serviços, num ambiente empresarial voltado para gestão da excelência.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar, por meio de técnicas de gestão da qualidade, oportunidades de melhoria de processos; ● Conhecer os ciclos da qualidade e suas aplicações; ● Entender o conceito de melhoria contínua e disseminar tal prática nas organizações. 			
Ementa			
Histórico. Conceitos. Organização para qualidade. Programas de melhoria da qualidade. Certificações. Sistemas de gestão pela qualidade total. 5 S. PDCA. Ferramentas da qualidade. Produtividade. Padronização. Normatização.			

Referências Básicas

ANDREOLI, T. P.; BASTOS, L. T. **Gestão da Qualidade**: melhoria contínua e busca pela Excelência. Curitiba: Intersaberes, 2017.
CARPINETTI, L. C. R.; GEROLAMO, M. C. **Gestão da Qualidade ISO 9001: 2015**. São Paulo: Atlas, 2016.
LOBO, R. N.; SILVA, D. L. **Gestão da Qualidade**: Diretrizes, Ferramentas, Métodos e Normatização. São Paulo: Érica, 2014.
PALADINI, E. P. **Gestão da Qualidade**: Teoria e Prática. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências Complementares

CARPINETTI, L. C.R., MIGUEL, P.A.C., GEROLAMO, M. C. Gestão da qualidade ISO 9001:2008: princípios e requisitos. São Paulo: Atlas, 2009.
MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
PALADINI, E.P. **Gestão da qualidade**: teoria e casos. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2012.
REIS, L. F. S. D. **Agronegócios**: Qualidade na Gestão. QualityMark; Rio de Janeiro, 2011.
WOILER, S.; MATHIAS, W.F. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Planejamento e Gestão de Projetos Agronegócios

CH Teórica: 60h/aula

CH Prática:

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Proporcionar elementos teóricos e metodológicos na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos agronegócios.

Objetivos Específicos

- Descrever os elementos principais de Planejamento e gestão de projetos;
- Denominar o mercado agropecuário;
- Desenvolver planos de atividade e produção;
- Empregar cálculos de custos de produção.

Ementa

Técnicas de coleta de dados. Estudo de impacto ambiental. Levantamento patrimonial, técnico e financeiro da propriedade. Planejamento: conceitos, importância, objetivos, etapas e técnicas. Projeto: objetivos, justificativa, tipos, etapas, técnicas e elemento. Perspectiva de mercado, comercialização e preço, análise do mercado consumidor, canais de distribuição, qualidade e apresentação dos produtos a serem comercializados. Plano de Atividades. Plano de Produção. Custo de produção (insumos, recursos humanos, gastos gerais, custos indiretos, depreciação, amortização, despesa, receita, análise de resultados). Cronogramas. Orçamentos. Esquema de reembolso. Índice de rentabilidade previsto. Parecer final.

Referências Básicas

NEWTON, R. **O gestor de projetos**. Tradução de Daniel Vieira. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

NORONHA, J. F. **Projetos Agropecuários: Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

MENEZES, L.C.M. **Gestão de projetos**. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

WOILER, S.; MATHIAS, W.F. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. São Paulo. Editora Atlas, 2004.

Referências Complementares

ARAÚJO, M. **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos**. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, R. A. G. da. **Administração Rural: Teoria e Prática**. 3ª Ed. Paraná: Juruá, 2013.

SILVA R. C. **Planejamento e Projeto Agropecuário: Mapeamento e estratégias agrícolas**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015. 136p.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Empreendedorismo

CH Teórica: 48h/aula

CH Prática: 12h/aula

CH Total: 60h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Definição das diferentes formas de empreendedorismo. Atitude empreendedora e criatividade. Cooperativismo, Associativismo, Economia Solidária. Elaboração de modelo de negócios (Canvas) e de plano de negócios. Simuladores e jogos empresariais.

Objetivos Específicos

- Operacionalizar debates e reflexões sobre as atitudes de um empreendedor, bem como desenvolver o espírito criativo e inovador;
- Descrever a relevância do empreendedorismo para o desenvolvimento da sociedade;
- Apontar a dinâmica empresarial atual e a complexidade do ambiente, pelas demandas e pelas mudanças.

Ementa

Conceito de Empreendedorismo e Empreendedor. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão Empreendedora, Liderança e Motivação. Empreendedorismo no Brasil. Plano de negócios; Elaboração do plano de negócios; Tipos de planos de negócios; Exemplos de planos de negócios; Avaliação do plano de negócios; Avaliação econômica de empreendimentos; O processo de tomada de decisão; Indicadores de avaliação econômica e financeira; Análise de sensibilidade; Análise de risco.

Referências Básicas

BERNARDI L. A. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas** Editora Atlas 1ª Edição .2003.
 DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 5ª reimpressão.
 GUIMARÃES, T. A.; E.C. L. S. **Empreendedorismo Além do Plano de Negócios.** Editora Atlas 1ª Edição. 2005.

Referências Complementares

BARON, R. A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.
 FARAH, O. E.; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. (Orgs.). **Empreendedorismo Estratégico: criação e gestão de pequenas empresas.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.
 ORTIGARA, A. Â. **A Cabeça do Empreendedor: o pensamento do fundador de uma empresa de sucesso.** Florianópolis: Editora Insular, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Gestão de crédito e financiamento rural

CH Teórica: 60h/aula	CH Prática:	CH Total: 60h/aula	Código:-
-----------------------------	--------------------	---------------------------	-----------------

Objetivo Geral

Utilizar o crédito rural como ferramenta para o desenvolvimento do agronegócio local.

Objetivos Específicos

- Apontar a legislação referente ao crédito rural;
- Classificar as linhas de crédito rural;
- Determinar linha de crédito adequada para cada segmento do setor agropecuário.

Ementa

Lei 4.829, de 05/11/1965 - Institucionaliza o Crédito Rural. Decreto 58.380 de 10/05/66 - Regulamenta o Crédito Rural. Decreto Lei 167, 14/02/67 - Cria os Títulos de Crédito Rural. Lei 8.171, 17/01/91 - Cria a Política Agrícola. Lei 11.326, 24/07/06 - Institui Agricultura Familiar. Manual de Crédito Rural: Introdução; Condições Básicas; Operações; Créditos a Cooperativas de Produção e de Crédito; Recursos. PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. Fundo de defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Programas agropecuários com recursos do BNDES. Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO.

Referências Básicas

BITTENCOURT, M. A. F.; VIAL, S. M. **Crédito rural**: um desafio a céu aberto. Livraria do advogado: Porto Alegre, 2017.
 PEREIRA, L. de P. **Crédito rural legal**. Curitiba: Juruá, 2017. PEREIRA, L. de P. **Financiamento rural**. Curitiba: Juruá, 2014.
 SANTOS, J. O. dos. **Análise de Crédito**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

Referências Complementares

MARQUES JUNIOR, W. P. **Direito agrário: recomendado para concursos públicos**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.
 RIZZARDO, A. **Curso de direito agrário**. 3ª edição. São Paulo: RT, 2015. SILVA, A. G. da. **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
 VALENTE, P. G. **Financiamento de longo prazo: um roteiro prático para o BNDES, OFC, FINEP e outras instituições**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Construir conhecimento referentes à segurança do trabalho para o exercício seguro da profissão, avaliando as situações de risco, as causas dos acidentes e das patologias associadas aos processos produtivos, bem como das metodologias utilizadas na sua prevenção e controle.

Objetivos Específicos

- Identificar as situações de risco à saúde causadas pela atividade laboral e as medidas de prevenção;
- Defender a importância dos programas de gestão em segurança do trabalho para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho;
- Distinguir os equipamentos de proteção individuais e coletivos e, suas aplicações específicas;
- Analisar os tipos de acidentes mais comuns na vida profissional.

Ementa

Introdução a higiene e segurança no trabalho. Gestão da segurança: principais riscos nos ambientes de trabalho, avaliação, classificação e mapa de riscos. Prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva. Prevenção e Combate a Incêndio. Sinalização de Segurança. Organização da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Normas regulamentadoras e legislação aplicada à segurança no trabalho. NR -31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

Referências Básicas

BARBOSA, Rildo Pereira; BARSANO, Paulo Roberto. **Segurança do trabalho - Guia prático e didático**. 1 ed. São Paulo: Erica, 2012.

EQUIPE ATLAS - **Segurança e Medicina do Trabalho**. 81ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SALIBA, T. M. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. 8ª ed. Paulo: LTr, 2018.

SALIBA, T. M. **Estratégia de Avaliação dos Riscos Ambientais. Tratamento Estatístico dos Dados**. 1 ed. São Paulo: LTR, 2016.

Referências Complementares

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. 5ª ed. São Paulo: Método, 2018.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, E. A. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6ª Edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

KIRCHNER, A. **Gestão da Qualidade: segurança do trabalho e gestão ambiental**. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Disciplina: Cultura e clima organizacional

CH Teórica: 40h/aula

CH Prática:

CH Total: 40h/aula

Código:-

Objetivo Geral

Proporcionar um conhecimento dos elementos fundamentais que interferem no comportamento organizacional por meio de um estudo sistemático das ações e atitudes das pessoas dentro das organizações e das variáveis relacionadas.

Objetivos Específicos

Conceituar cultura e clima organizacional; . Identificar as contribuições dos principais campos do conhecimento ao estudo do comportamento organizacional; . Proporcionar o aprimoramento das habilidades sociais; . Discutir e demonstrar como o conhecimento a respeito do comportamento organizacional pode ser extremamente válido para a compreensão do funcionamento organizacional.

Ementa

Conceitos e diferenças entre clima e cultura organizacional. Tipos de climas organizacionais. Comportamento organizacional. Vantagens competitivas nas organizações. Relacionamento interpessoal e intrapessoal no ambiente de trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Clima Organizacional e inovação. Gestão do Clima Organizacional. A competitividade e o Clima Organizacional. Gestão do clima organizacional.

Referências Básicas

CARVALHAL, E.; ANDRÉ NETO, A.; ANDRADE, G. M. **Negociação e Administração de Conflitos**. 5 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 10ª Ed. Amsterdã: Elsevier, 2015.

MAÇÃES, M. **Liderança, Motivação e Comunicação**. São Paulo: Actual, 2017.

RIBEIRO, A. L. **Gestão de Pessoas**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro**. 14 Ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Referências Complementares

GIL, Antonio Carlos, **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis estratégicos**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Luciano Oliveira. **Gestão Estratégica de Recursos Humanos**. 2ªed., Porto Alegre, SAGAH, 2017.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança**. Tradução Ailton Bomfim Brandão, São Paulo: Atlas, 2017

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. 2ed., São Paulo: Saraiva, 2017.